

PARTELLI & MARCHI

História das Famílias, Imigração,
Vila Valério e Café Conilon

Fábio Luiz Partelli



Vila Valério - ES

PARTELLI & MARCHI: História das Famílias, Imigração, Vila Valério e Café Conilon

Fábio Luiz Partelli

Vila Valério – ES

2011

Copyright © 2011 By Fábio Luiz Partelli

Todos os direitos estão reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial.

Sanções Previstas na Lei nº 9610 de 19.02.1998.

Capa: Odilon E. Fernandes

Fotos: Diversos familiares e amigos

Partelli, Fábio Luiz.

Partelli & Marchi: História das Famílias, Imigração, Vila Valério e Café
Conilon / Fábio Luiz Partelli. - Vila Valério: 2011.

110 p.

ISBN: 978-85-911905-0-8

1. Partelli. 2. Marchi. 3. Café Conilon. 4. Vila Valério. 5. Imigração Italiana.
6. Descendente.

CDD - 920

Aos “atores” verdadeiros dessa história

“Cada dia é um grandioso presente dado por DEUS a cada um de nós, assim, nunca permitamos que as dificuldades envenenem nossas atitudes.”

Pensamos sempre positivo!!!

Fábio Luiz Partelli, 2004

“Longe, mas tão perto, das aventuras, dos amigos do peito, do boteco, daquele futebol, dentre outras coisas, as quais quando longe sentimos muita falta, mas muitas vezes, quando perto não damos o devido valor. Longe, mas com “coração” repleto de alegrias em conhecer o novo, e com a expectativa do longe estar perto. Afinal o que é estar longe, quando se têm a confiança de que o desejado está perto e/ou dentro do coração.”

Pensamos sempre positivo!!!

Fábio Luiz Partelli, 2008

Crescemos

“Crescemos de forma simples e corajosa, vivendo alegrias e também momentos difíceis, as quais, podem ser “encarados” como essenciais, pois é nas dificuldades que mais crescemos, nos aperfeiçoamos para vencer com êxito.”

Caminhos

“Temos o “instinto” de crescer e vencer desde bebês, quando crianças, adolescentes, jovens, adultos e quando mais maduros, onde continuamente traçamos nossos próprios caminhos, muitas das vezes com atitudes coerente, inteligentes e positivas, o que nos leva a obter conquistas e vitórias.”

Pensamos sempre positivo!!!

Fábio Luiz Partelli

**Dedico este livro a minha avó
Angelina Marchi Partelli,
simplesmente uma
GRANDE MULHER!!!!**

PREFÁCIO

Deixar a nação querida é um ato sofrido e corajoso, contudo às vezes é a única esperança de uma vida melhor, ou até mesmo a exclusiva forma de sobrevivência. Daí, uma alternativa concreta foi a imigração, fato que muitos italianos realizaram no final do século XIX, onde muitos vieram para o Brasil, no Estado do Espírito Santo, sendo parte dos “atores principais” dessa história, a família Partelli e Marchi, que contribuíram para o desenvolvimento do Espírito Santo e da cafeicultura.

Os italianos chegaram principalmente para cultivar o café. Vieram repletos de esperança e promessas promissoras, entretanto, enfrentaram muitas dificuldades (diferenças climáticas, doenças, animais ferozes, falta de estrutura e até mesmo exploração e, quebra de contratos), no Sul do Estado, logo quando chegaram e depois seus descendentes no Norte do Estado, na década de 1940 e 1950. Porém os sobreviventes, trabalhadores e perseverantes venceram, sendo os principais “atores” do desenvolvimento da cafeicultura e agricultura na região.

Esses deixaram muitos descendentes (puros e/ou “misturados” com outras origens), que continuam vencendo na cafeicultura/agricultura ou em outros setores econômicos. Continuam desenvolvendo a região, a formar famílias prósperas e Cristãs.

“A família é base da sociedade e o lugar onde as pessoas aprendem pela primeira vez os valores que lhes guiam durante toda sua vida.” (Papa João Paulo II)

Muitas dificuldades e conquistas fizeram parte da história das famílias Partelli e Marqui e do casal que se constituiu (Angelina e Agostinho). Depois de casados, quando vieram para Paraíso Novo, com

mudança de poucos móveis, em uma "junta de boi" por mais de 40 km de "picada mata a dentro", foram um dos primeiros moradores, em uma região repleta de mata Atlântica. Venceram as dificuldades e hoje de um casal (Agostinho e Angelina) originou seis filhos, mais de uma quinzena de netos e muitos bisnetos.

"A paz exige quatro condições essenciais: verdade, justiça, amor e liberdade." (Papa João Paulo II)

O verdadeiro desenvolvimento da região Norte do Estado teve início depois da construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina em 1928, com a construção de estradas e com a ponte sobre o rio Doce em Linhares, inaugurada com a presença do então presidente Getúlio Vargas em 1954. Na realidade o desenvolvimento ocorreu, com a vinda de "recursos humanos", principalmente, os migrantes, muitos destes filhos e netos de imigrantes italianos, que vieram do Sul do Estado, na esperança de uma vida melhor, de cultivar em sua propriedade, na expectativa de conquistarem vitórias juntos de suas famílias.

Uma das regiões em destaque é Vila Valério, um dos municípios mais novos do Estado. Este livro é o primeiro a relatar de forma sucinta a história do município. Vila Valério, teve sua colonização iniciada no final da década de 1930, para início da década de 40, contudo a colonização foi árdua devido a falta de estrutura e a febre amarela, que chegou a dizimar famílias.

Inicialmente o café plantado na região era o Arábica (Bourbom), contudo, depois da última e grande erradicação do café no final dos anos de 1960 este praticamente deixou de ser cultivado no Norte do Estado. A partir daí, o café Conilon passou a ser cultivado, de início com grandes incertezas, mas posteriormente, com seu sucesso de produtividade e comercialização, este passou a ser um dos alicerces do desenvolvimento econômico e social

da região e do Estado, já no final da década de 70. Hoje o café Conilon é a atividade agrícola do Estado que mais gera riquezas e empregos, fazendo do Estado o segundo maior produtor de café do País.

“Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus.” (Santo Inácio de Loyola)

Conhecer a história da família, da cafeicultura, da imigração e da região é muito mais que percorrer fatos vividos no passado. É “sem sombra de dúvidas” envolver o “coração” na história que se constrói todos os dias, relacionada com o crescimento das famílias e do desenvolvimento econômico, cultural e social da região.

Espero que esse trabalho (as entrevistas, buscas de documentos e de muitas literaturas, internacionais, nacionais e principalmente capixabas) venha a enriquecer as pessoas com conhecimento e cultura, para o melhor entendimento do passado, melhor participação no presente e conquistas no futuro.

O autor!!!

SUMÁRIO

1. DESCRIÇÃO HISTÓRICA DAS FAMÍLIAS	10
1.1. Descrição de Parentescos	10
1.1.1. Árvores Genealógicas	10
1.1.2. Saída da Itália	13
1.1.3. Filhos do casal (Angelina e Agostinho)	16
1.1.4. Sobrinhos do casal	17
1.1.5. Descrição detalhada das famílias dos filhos do casal	19
1.1.6. Diferenças de escrita em documentos	22
1.2. Descrição detalhada da história individual e do casal	23
1.2.1. Relatos históricos sobre os ascendentes	23
1.2.2. Agostinho Partelli	25
1.2.3. Angelina Marchi	26
1.2.4. Depois de casados	27
2. IMIGRAÇÃO	34
2.1. Imigração no Brasil	34
2.2. Imigração Italiana no Brasil	37
2.3. Imigração no Espírito Santo	40
2.4. Imigração italiana no Espírito Santo	44
3. CONTEXTO HISTÓRICO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO	46
3.1. Situação histórica no Espírito Santo	46
3.2. História de São Gabriel da Palha, Linhares e região	50

4. CONTEXTO HISTÓRICO DE VILA VALÉRIO	59
5. HISTÓRIA DO CAFÉ CONILON E ARÁBICA NA REGIÃO	66
5.1. O descobrimento da bebida	66
5.2. História do Café no Brasil	67
5.3. História do Café no Espírito Santo	69
5.3.1. Café Conilon	71
6. NOMES DOS REPRESENTANTES ADMINISTRATIVOS	74
6.1. Representantes Federais	74
6.1.1. Reis/Imperadores	74
6.1.2. Presidentes	74
6.2. Representantes Estaduais, depois do período da grande imigração	76
6.2.1. Presidentes de Província	76
6.2.2. Presidentes de Estado	76
6.2.3. Interventores Federais	77
6.2.4. Governadores de Estado	77
7. REFERÊNCIAS E CONSULTAS	79
8. FOTOS	83

1. DESCRIÇÃO HISTÓRICA DAS FAMÍLIAS

Agostinho Partelli, nasceu aos 24 de novembro de 1924 às 6:00 horas em Caité, Prosperidade, município de Cachoeiro de Itapemirim (hoje Vargem Alta) – ES. Veio a falecer por motivo de doença em 10 de julho de 2010.

Angelina Marchi Partelli, nasceu aos 5 de abril de 1928 no distrito de Jaciguá, município de Cachoeiro de Itapemirim (hoje Vargem Alta) – ES.

Casaram-se na Igreja Boa de Esperança, município de Cachoeiro de Itapemirim - ES por volta das 9:30 horas, do dia 22 de novembro de 1946, ocasião em que Agostinho completava 22 anos. Conforme registro, o casamento civil ocorreu depois de três anos, no dia 30 de novembro de 1949 às 9:00 horas, no cartório do distrito de Jaciguá, vila de Jaciguá, município e comarca de Cachoeiro de Itapemirim (hoje Vargem Alta) – ES.

1.1. Descrição de Parentescos

Em toda descrição histórica das famílias do casal pode se encontrar todos os avôs, muitos dos tios, todos os irmãos, filhos e netos de Angelina e Agostinho, dentre outros parentes.

1.1.1. Árvore Genealógica

Ascendentes de Agostinho Partelli (Figura 1)

Pais de Agostinho: Izabel De Zan e Francisco Partelli, casados em 07 de agosto de 1915 em Jaciguá, Cachoeiro de Itapemirim - ES. Francisco nasceu no Brasil em 23 de novembro de 1892 às 20:00 horas.

Avôs de Agostinho: Luiza Pignat De Zan e Agostinho De Zan (parte de mãe) e Angela Magrini Partelli e José Partelli, (parte de pai, também identificado como Antonio Giuseppe Partele, que veio da Itália).

Bisavôs de Agostinho: Antonio Partele, Barbara Oberosler dentre outros não relatados.

Tios de Agostinho “irmãos de Isabel De Zan”: João, José, Francisco, Pedro e possivelmente outros (descrito por Agostinho).

Tios de Agostinho “irmãos de Francisco Partelli”: Maria (mais velha), Bortolo, Antonio, Barbara e Giuseppe com zero ano de idade quando veio da Itália (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011). Conforme Agostinho também havia Afonso e Rosa, Nessa ocasião, em 1888 quando veio pela segunda vez da Itália, Francisco ainda não era nascido.

Tios de segundo grau de Agostinho “irmãos de José Partelli”: José Partelli, então Antonio Giuseppe Partele era o mais velho (vindo da Itália com 18 anos), seguido por Fortunato, Anna, Leonardo, Francesco e Tereza com dois anos quando vieram da Itália, em 1875 (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011). Pode ser que tenha outros irmãos, que não embarcaram para o Brasil.

Irmãos de Agostinho em ordem de idade: Maria Ana, Ozília, Aurélio, Rosália, José, “Agostinho” e Basília Partelli, tendo também Marcelino e Joaquim Pereira como irmãos por parte de mãe e uma irmã adotiva, por nome de Maria Luzia, mas chamada de Filinha. Segundo Marcelino Pereira (irmão de Agostinho) o nome verdadeiro do Aurélio era Hermes Partelli.



Figura 1. Árvore Genealógica de Agostinho Partelli.

Ascendentes de Angelina Marchi Partelli (Figura 2)

Pais de Angelina: Clementina Zava Marchi e José Marchi. Não foram encontrados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2011), e pelo fato de terem idades semelhantes aos dos pais de Agostinho, sugere-se que nasceram no Brasil.

Avôs de Angelina: Maria Burini Zava e Giovanni Zava, também chamado de João (parte de mãe), Prima Zorzi Marchi e Innocente Marchi (parte de pai), também chamado de Inocência.

Bisavôs de Angelina: Antonio Zava, Orsola Zava, Pasquali Marchi e outros não relatados.

Tios de Angelina “irmãos de Clementina Zava Marchi”: Libra, Elizabete, Eurico, Júlio, Júlia, Amilcre, Matilde, Elza, Odilha, Constantina e Úrsola (descrito por Angelina).

Tios de Angelina “irmãos de José Marchi”: Silvio, Gioconda, Jacinta, Tereza e Sofia (descrito por Angelina) e segundo o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2011), Natalina (mais velha), Gioconda Tarsilla,

Rosa, Giovanni Battista, Silvio e Sofia com zero ano de idade (mais nova quando vieram da Itália em 1888), podendo os outros (Jacinta e Teresa), inclusive o José terem nascido no Brasil

Irmãos de Angelina em ordem de idade: João, Herminda, Maria, “Angelina”, Severino, Amélia, Plínio, Euclides Inocêncio e Marta Cecília.



Figura 2. Árvore Genealógica de Angelina Marchi Partelli.

1.1.2. Saída da Itália

Antonio Giuseppe Parteale (José Partelli)

Antonio Giuseppe Parteale (José Partelli) filho de **Antonio Parteale** e **Barbara Oberosler** nasceu em 26 de setembro de 1856 em Castelnuovo. Até os 18 anos morava na Itália, Região/Estado de Trentino-Alto Adige, província/município de Trento, comuna/distrito de Castelnuovo, sendo Agricultor e Católico. Imigrante originário do “Tirol Italiano”, à época denominada Áustria (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010).

Embarcou **pela primeira vez** no porto de Havre, na França (aproximadamente 1300 km de Castelnuovo), sob responsabilidade dos pais, no mês de maio de 1875 no navio Belgrano (Figura 3) e desembarcou em

Benevente - Anchieta no dia 17 de junho de 1875 no navio Cervantes. A troca de navio foi realizada no Rio de Janeiro e, os mesmos eram movidos a carvão. Após deslocou-se para a colônia de Rio Novo no distrito ou fazenda Quarto Território (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010).

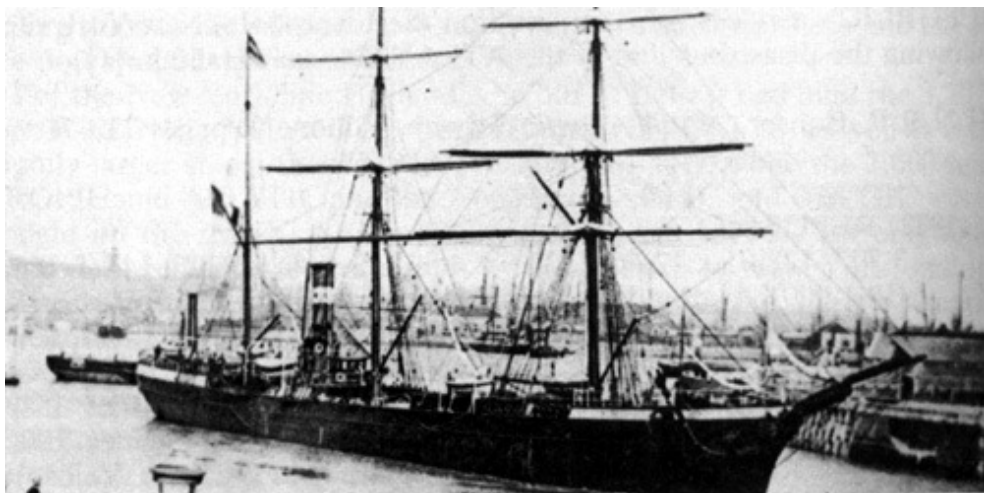


Figura 3. Navio Belgrano Foto cedida por José Carlos Silveiras. (http://belgrano.scartezini.com/foto_vapor_belgrano.html).

Conforme o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2010), Antonio Gioseppe Partele, também entrou no Brasil, **pela segunda vez** em 19 de setembro de 1888, saindo do porto de Gênova em agosto do mesmo ano no navio Liban. Veio no navio Mayrink, depois da chegada no Rio de Janeiro,

desembarcando em Benevente, Anchieta, 13 anos depois da primeira entrada, vindo exatamente da mesma região (Castelnuovo). Contudo, desta vez veio com 31 anos, casado com Angela Magrini (34 anos) e com cinco filhos.

Innocente Marchi (Inocêncio Marchi)

Innocente Marchi, filho de **Pasquale Marchi** (o nome da mãe não foi relatado no documento). Até os 43 anos morava na Itália, Região/Estado de Vêneto, província/município de Verona, comuna/distrito de Bovolone, sendo Agricultor e Católico. Veio para o Brasil casado com a Prima Zorzi (35 anos) e com seis filhos (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, 2011).

Embarcou no porto de Gênova (aproximadamente 300 km de Bovolone) em 23 de novembro de 1888, no navio Solferino e desembarcou em Benevente, Anchieta, no dia 26 de dezembro de 1888 no navio Maria Pia, pois antes tinha efetuado escala no Rio de Janeiro. Veio a deslocar-se para ex colônia de Castello (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010).

Característica das duas regiões:

O distrito de Castelnuovo apresenta topografia acidentada e montanhosa, nas áreas mais baixas 360 metros de altitude, podendo chegar a mais de 1500 metros de altitude (Google Earth, 2011). A região, (tomando como base as características de Trento) apresenta temperatura máxima média de 16,7 °C, sendo a maior no mês de julho (27 °C) e menor no mês de janeiro (5,1 °C). Já a temperatura mínima média é de 7,5 °C, podendo atingir média -1,8 °C em janeiro. A precipitação média fica em torno de 945 mm anuais, distribuídas em 88 dias (Da Wikipedia, l'enciclopedia libera, 2011).

O distrito de Bovolone apresenta topografia mais plana, com poucas ondulações, em torno de 20 metros de altitude (Google Earth, 2011). A região, (tomando como base as características de Verona) apresenta uma temperatura máxima média de 17,5 °C, sendo a maior no mês de julho (28,9 °C) e menor no mês de janeiro (5,2 °C). Já a temperatura mínima média é de

7,9 °C, podendo atingir média de -2 °C em janeiro. A precipitação média fica em torno de 819 mm anuais, distribuídas em 86 dias (Da Wikipedia, l'enciclopedia libera, 2011).

A localização geográfica de Castelnuovo é de 46° 03` Norte e 11° 29` Leste. Já a de Bovolone é de 45° 15` Norte e 11° 07` Leste (Google Earth, 2011). Estas localidades estão a 160 km uma da outra por rodovias e, em torno 90 km em linha reta (Figura 4). Ficam aproximadamente a 600 km de Roma (Google Maps, 2011).

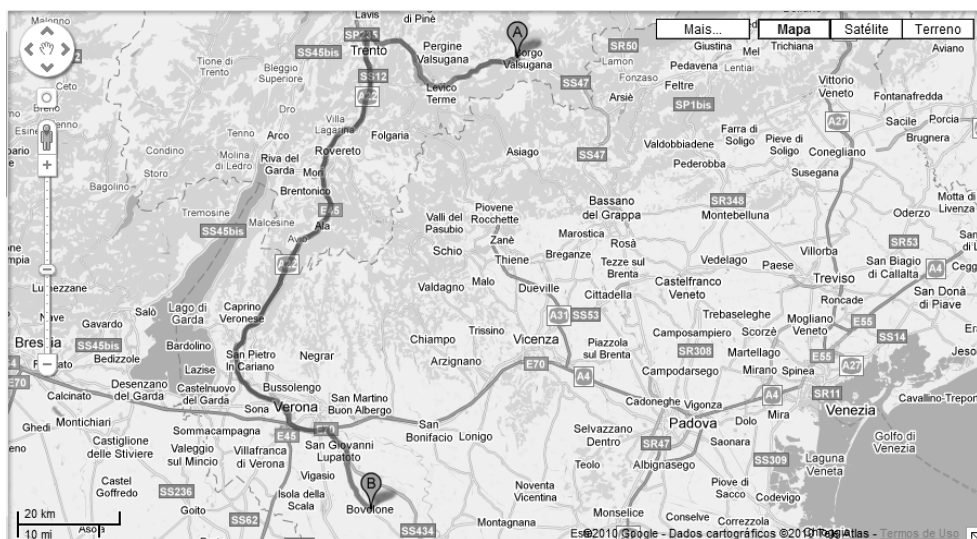


Figura 4. Localização geográfica de Bovolone e Castelnuovo. Nota: Borgo Valsugana fica a 1km de Castelnuovo.

1.1.3. Filhos do casal (Angelina e Agostinho)

José Francisco Partelli, nasceu aos 17 de janeiro de 1949 (contudo, registrado como estivesse nascido no dia 17 de março do mesmo ano), pela manhã na Fazenda de Antônio Bastianeli, entre Claro Dias e Santo Antônio – Cachoeiro de Itapemirim - ES.

Hermes Joaquim Partelli, nasceu aos 26 de fevereiro de 1951 às 3:00 horas, no córrego do Cedro, município de São Gabriel da Palha – ES.

Izabel Maria Partelli, nasceu aos 22 de setembro de 1952, pela manhã, no córrego Paraíso Novo, município de Linhares – ES (Atualmente Vila Valério).

Luiz Carlos Partelli, nasceu aos 18 de março de 1955 às 10:00 horas no córrego Paraíso Novo, município de Linhares – ES.

João Bosco Partelli, nasceu aos 15 de janeiro de 1958, no período noturno, no córrego Paraíso Novo, município de Linhares – ES.

Ozílio Partelli, nasceu aos 15 de setembro de 1960, às 7:30 horas, no córrego Paraíso Novo, município de Linhares – ES.

Zeni “Partelli” foi adotada com aproximadamente quatro anos de idade e, permaneceu com o casal por volta de quatro anos, entre os anos de 1960 a 1964; depois foi entregue ao pai.

Nota: Os filhos nasceram todos por intermédio de parteira. Os que nasceram em Paraíso Novo tiveram a avó Izabel (mãe de Agostinho) como parteira.

1.1.4. Sobrinhos do casal

Por parte de Agostinho:

Filhos de Maria Ana Partelli Silva e Geraldo Francisco da Silva: Dorvilho Antonio, Dormiria Luzia, Denila Ana, Dormirio João e Danilo Sebastião da Silva.

Ozília Partelli: Faleceu quando nova.

Aurélio Partelli: Faleceu quando novo.

Filhos de Rosária Partelli Rossi e Celistino Rossi: Alquider José, Gelsi, Mirtes, Silvério José, Danilo José, Dejair José, Pericles José, Izabel e Eliane Rossi.

Filhos de José Partelli e Zanardélia Daróz Partelli: Francisco Carlos, Luci Penha, Estela Maria, Marina Luzia e Olindo José Partelli.

Filhos de Basília Partelli Machado e Ivo Rosa Machado: Marciel, Adoris, Nilce, Lurdes, Izabel, Ester e Jonas Machado.

Filhos de Marcelino Pereira e Amélia Costalonga Pereira: Singefredo Carlos, José Jonas, Janeneis, Senir de Lurdes Pereira.

Filhos de Joaquim Pereira e Alcedina Lavra Pereira: Dejair, Devair, Sirlei e Sirlene Pereira.

Por parte de Angelina:

Filhos de João Marchi e Rita Bergami Marchi: Tarcila, Claudino José, Hermenegildo, Maria Margarida, Marta Eliza, Luzia, Aluizio, Angela Maria, Adriana Clementina Marchi e Marilene Adeodato (adotiva)

Filhos de Herminda Marchi Magnago e Heitor Magnago: Virgílio José, Jocelia Maria, Maria Madalena, Luci Margarida, Vera Lucia, Samuel Pedro, Daniel Antonio, Jocineia, Maria Cecilia Magnago e Angela de Souza (adotiva).

Filhos de Maria Marchi Nogueira e José Nogueira: Maria José, Rosemeri, Neuza e Leonice Nogueira.

Severino Marchi: Não teve filhos.

Filhos de Amélia Marchi Magnago e Izael Magnago: José Israel, Carlos Roberto, Gilberto, Antonio Luiz, Eliane, Gilane e Catia Magnago.

Filhos de Plínio Marchi e Nilda Ansini Marchi: Marta Cecilia, Normélia Maria, Luiz Carlos, Ivani Margarida, Vanda Ednéia, Joseane, Paulo Cesar, Alair e Sonia Marchi.

Filha de Euclides Inocêncio Marchi: Jameica Marchi.

Filhos de Marta Cecília Marchi e Haroldo Cimadon: Maria Girette, Margarida, João Augusto, Luciana e Haroldo Junior Cimadon.

1.1.5. Descrição detalhada das famílias dos filhos do casal

José Francisco Parteli

José Francisco Parteli, casou-se com **Marize Colodetti** aos 08 de julho de 1972. Marize nasceu aos 23 de outubro de 1952 no município de Alfredo Chaves – ES, tendo como pais Antinesca de Nadai Colodetti e Galdino Colodetti.

Tiveram três filhos: Todos nasceram no município de Linhares – ES.

Joseane Parteli, nasceu aos 15 de março de 1974 pela manhã.

Juliender Partelli, nasceu aos 09 de março de 1976 à noite.

Simenalva Partelli, nasceu aos 19 de maio de 1981, pela manhã (5:00 horas).

Hermes Joaquim Partelli

Hermes Joaquim Partelli, casou-se com **Rosa Maria Traspadini** aos 21 de julho do ano de 1973. Rosa nasceu aos 18 de outubro de 1956 no município de Colatina – ES, tendo como pais Jovelina Gasparini de Oliveira Traspadini e André Traspadini.

Tiveram quatro filhos:

Valnei Marcos Partelli, nasceu aos 18 de julho de 1975 às 23:30 horas em Linhares – ES.

Adriana Aparecida Partelli, nasceu aos 27 de julho de 1976 às 12:30 horas em Linhares – ES.

Fábio Luiz Partelli, nasceu aos 02 de julho de 1979, (contudo, registrado como se estivesse nascido no dia 06 do mesmo mês), às 16:20 horas no município de Linhares – ES.

Adrieli Machado, consta no documento que nasceu aos 09 de abril de 1991, às 10:00 horas, no município de São Gabriel da Palha – ES (adotada no dia 09 de dezembro de 1991).

Izabel Maria Partelli

Izabel Maria Partelli, casou-se com **José Dias da Rosa** aos 02 de março de 1974. José nasceu aos 01 de setembro de 1948 no município de Colatina (hoje São Domingos do Norte) - ES, tendo como pais Jovelina Paquella da Rosa e Dirceu Dias da Rosa.

Tiveram quatro filhos:

Simone Dias da Rosa, nasceu aos 21 de dezembro de 1974, às 22:00 horas, em Vitória – ES.

Enéas Dias da Rosa, nasceu aos 17 de junho de 1977, na parte da tarde, em Vitória – ES.

Marcio Dias da Rosa, nasceu aos 24 de novembro de 1980, às 6:00 horas em Coronel Fabriciano – MG.

Luciano Partelli da Rosa, nasceu aos 09 de janeiro de 1986, às 3:00 horas, em São Gabriel da Palha - ES.

Luiz Carlos Partelli

Luiz Carlos Partelli, casou-se com **Lucinéia de Freitas Gomes** aos 22 de dezembro do ano de 1982. Lucinéia nasceu aos 06 de março de 1959, no município de São Gabriel da Palha – ES, tendo como pais Annita de Freitas Gomes e Ivo Francisco Gomes.

Tiveram três filhos: Todos nasceram no município de São Gabriel da Palha – ES.

Licéia de Freitas Gomes Partelli, nasceu aos 25 de maio de 1980, às 17:00 horas.

Angela Gomes Partelli, nasceu aos 26 de julho de 1983, às 12:40 horas. Faleceu acidentalmente no dia 11 de março de 1995.

Geovane Gomes Partelli, nasceu aos 15 de março de 1988, às 6:30 horas.

João Bosco Partelli

João Bosco Partelli, casou-se com **Luzia Pereira Santana** aos 08 de novembro de 1980, Separou-se e, posteriormente casou-se novamente (viver junto) com **Adriana Silva** no dia 04 de março de 1997. Luzia nasceu aos 13 de dezembro de 1961, no município de Linhares – ES, tendo como pais Francisco Pereira Santana e Silvia Venturoti Santana. Adriana nasceu aos 20 de dezembro de 1965, no município de Colatina – ES, tendo como pais Francisca Pereira Silva e Arnaldo Silva.

João teve quatro filhos:

Adenilson Santana Partelli, nasceu aos 26 de julho de 1984, em Linhares – ES (filho adotivo).

Jolúzia Santana Partelli, nasceu aos 25 de julho de 1985, no município de Linhares – ES.

Francisnei Santana Partelli, nasceu aos 17 de agosto de 1986, às 20:10 horas no município de Linhares – ES. Falecido por motivo de doença no dia 04 de outubro de 1986.

Amanda Silva Partelli, nasceu aos 01 de março de 1997, às 7:00 horas, no município de Colatina – ES.

Ozílio Partelli

Ozílio Partelli, casou-se com **Conceição Aparecida Sirillo** aos 16 de janeiro de 1988. Aparecida nasceu aos 03 de dezembro de 1969 no município de São Mateus – ES, tendo como pais Terezinha Leonardi Sirillo e Francisco Sirillo.

Tiveram quatro filhos: Todas nasceram no município de São Gabriel da Palha – ES.

Tácia Sirillo Partelli, nasceu aos 24 de dezembro de 1988 às 9:45 horas.

Ákilla Sirillo Partelli, nasceu aos 22 de setembro de 1991 às 7:15 horas.

Jozy Sirillo Partelli, nasceu aos 28 de outubro de 1992, às 7:40 horas.

Júlia Sirillo Partelli, nasceu aos 13 de julho de 1994, às 1:40 horas.

1.1.6. Diferenças de escrita em documentos

Partele, consta no documento de imigração de Antonio Giuseppe Partele (tendo como pai Antonio Partele), emitido pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2010). No Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2011), todos são encontrados como Partele. **Partelli** foi encontrado no registro de nascimento de Francisco, onde seu pai foi denominado de Giuseppe Partelli. Depois de José Partelli no registro de casamento de Francisco Partelli. Nas certidões de nascimento da maioria dos filhos e dos netos de Angelina e Agostinho também recebem a denominação de Partelli. **Partelle** foi encontrado no registro de nascimento de Agostinho, onde seu pai foi denominado de José Partelle e avô de Francisco Partelle. **Parteli** foi encontrado no registro de casamento de Angelina e Agostinho, onde Agostinho, Angelina e Francisco são denominados de Parteli.

Oberosler foi encontrado apenas uma vez (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2010)).

Magrini, não foi encontrada variação em diversos documentos e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2011).

De Zan, consta no documento de casamento de Francisco Partelli com Izabel De Zan, onde seu pai foi denominado de Agostinho De Zan. **Dezam** foi encontrado no registro de nascimento de Agostinho, onde sua mãe foi denominada de Isabel Dezam e avô de Agostinho Dezam. **Dezan** foi encontrado no registro de casamento de Angelina com Agostinho, onde Izabel recebe o sobrenome de Dezan. Todas as variações não foram devidamente encontradas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2011).

Pignat, consta no documento de casamento de Francisco Partelli com Izabel De Zan, onde sua mãe foi denominada de Luiza Pignat. **Pinhate** foi encontrado no registro de nascimento de Agostinho, onde sua avó foi denominada de Luiza Pinhate. Todas as variações não foram devidamente encontradas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2011).

Marchi, consta no documento de imigração de Innocente Marchi (tendo como pai Pasquale Marchi), emitido pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2010) e de casamento de Angelina Marchi, onde seu pai foi denominado de José Marchi. No Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2011), todos são encontrados como Marchi. **Marques** só foi encontrado nas certidões de nascimento dos filhos de Angelina e Agostinho, onde, mãe e avos maternos deixam de receber a denominação Marchi, passando a Marques. **Marqui** e **Marque**, também podem ser utilizados como variações do sobrenome, conforme descrito pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2010).

Zava, Zorzi e Burini, não foram encontradas variações nos documentos, pois o acesso a outros documentos foi pequeno, somente nos registros do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2011) e documento pessoal de Angelina. Burini não foi devidamente encontrado no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2011).

1.2. Descrição detalhada da história individual e do casal

1.2.1. Relatos históricos sobre os ascendentes

Baseado no Recenseamento do Brasil, realizado em 01 de setembro de 1920, onde consta a relação dos proprietários de estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Espírito Santo (República dos Estados Unidos do Brasil, 1920) Inocêncio Marchi possuía propriedade que ficava em Santo Antônio, na época município de Cachoeiro de Itapemirim. A propriedade de

José Marchi ficava na mesma região de seu pai. Também foi encontrado Sylvio Marchi (tio de Angelina) como proprietário na mesma localidade. No documento ainda consta Agustinho De-Zan (Agostinho Dezam) como proprietário, em Prosperidade, também município de Cachoeiro de Itapemirim. Também foi encontrado Francisco De-Zan (tio de Agostinho), Santo De-Zan e Virginia De-Zan na localidade do Oriente, Cachoeiro de Itapemirim - ES.

Referente à família Partelli (também Partele ou Parteli) não foi encontrado nenhuma propriedade no Estado do Espírito Santo, contudo nomes similares (principalmente o primeiro nome) foram encontrados, dentre eles o nome de José Pertele no córrego Cabral, município de Cachoeiro de Itapemirim, Francisco Pertele em Carolina, Maria Partelle (que pode ser irmã de Francisco), em São Miguel e Antônio Portelli (que pode ser irmão de Francisco), em Claro Dias no município de Alfredo Chaves. Vale lembrar que José foi o Partelli que veio da Itália e que teve como filhos Antônio, Maria e Francisco (último foi pai de Agostinho), porém os nomes não conferem completamente e existe também uma família chamada Pertele e Portelli em outros registros.

Com as primeiras crises do café, muitas fazendas ficaram hipotecadas e desvalorizadas. No Estado do Espírito Santo a baixa dos preços também coincidiu com uma das maiores secas históricas do Estado ocorridas no início do século XX (Oliveira, 2008). Nessa ocasião muitos italianos e outros imigrantes (principalmente colonos) tiveram a oportunidade de comprar as primeiras pequenas propriedades, pois e os italianos gastavam a metade ou três vezes menos que os brasileiros e portugueses, tendo juntado algumas economias, mesmo na crise.

Um pouco antes do casamento de Angelina e Agostinho, iniciou-se a 2º Guerra Mundial (1939 a 1945), onde a Itália, juntamente com a

Alemanha e Japão (países do Eixo) foram considerados inimigos dos países considerados aliados. O Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália em 22 de agosto de 1942, encaminhando 25 mil soldados à Itália. Em 05 de março a força aérea brasileira toma Castelnuovo (Wikipedia, 2011), onde saíram os antecedentes de Agostinho Parteli. Devido à ocorrência da guerra chegou a haver divergências entre brasileiros de origem italiana, alemã e japonesa com os outros brasileiros, contudo rapidamente as relações normalizaram-se, uma vez que todos já eram brasileiros.

1.2.2. Agostinho Partelli

Agostinho nasceu na Fazenda do Sr. José Nicole, em Caité, próximo de Prosperidade, município de Cachoeiro de Itapemirim (hoje município de Vargem Alta – ES). Nasceu no campo, por intermédio de parteira. Mudaram-se da fazenda e foram para o Alto da Serra (tinha como Vargem Alta o distrito mais próximo), onde o pai (Francisco) tinha quatro alqueires de terra, conforme relato de Agostinho.

Posteriormente o pai veio a falecer por motivo de doença, em Vitória - ES, quando Agostinho estava com dois anos. Após a morte do pai (Francisco), a mãe (Izabel), vendeu a propriedade, e com dinheiro da venda, pagou algumas dívidas e o restante emprestou para seus irmãos, que segundo Agostinho, estes não pagaram o referido empréstimo. Com a venda da propriedade voltaram para Caité, propriedade dos irmãos, permanecendo na casa dos pais de Izabel (Luiza Pignat De Zan e Agostinho De Zan na época ambos falecidos).

Izabel casou-se novamente, com Estanilau Pereira quando Agostinho tinha aproximadamente cinco anos. Com ele teve mais dois filhos. Ele também ajudou a cuidar dos outros filhos de Izabel com Francisco.

Agostinho com aproximadamente 21 anos (por volta de 1945), veio para o Norte do Espírito Santo com os irmãos Marcelino e Basília e o cunhado Ivo Rosa Machado, para trabalhar no campo, na propriedade do Sr. Egisto Daróz, localidade do Cedro, município de São Gabriel da Palha – ES. Depois de mais ou menos 10 meses veio o restante da família (Izabel, Estanilau e outros irmãos de Agostinho). Nessa propriedade, eles trabalhavam no sistema de parceria (a meia), principalmente com cultivo do café Arábica. Também cultivavam milho e feijão e trabalhavam a dia.

Em todas as vezes que realizaram as viagens do Sul para o Norte do Estado, ou do Norte para o Sul, o deslocamento era realizado de trem, entre Vargem Alta e Colatina, com parada em Vitória, onde passavam a noite. Depois de ônibus entre Colatina e São Gabriel da Palha e, caminhando até no Córrego do Cedro.

Durante sua permanência no Sul e após sua vinda para o Norte do Estado, Agostinho trabalhava a meia com a família. A situação era de muita pobreza e muito trabalho, onde tinham poucos recursos. Não estudou porque a escola ficava mais de uma hora de distância e, além disso, não tinha incentivo. Além disso, tinha que trabalhar e faltava consciência de toda a família sobre a importância dos estudos. Chegou a ir à escola por dois anos, mas não tinha motivação e acabou não aprendendo.

1.2.3. Angelina Marchi

Angelina nasceu no Alto de Santo Antônio, na propriedade da família, na última casa do córrego de Santo Antônio, perto de Vargem Alta – ES, na época município de Cachoeiro de Itapemirim. Nasceu no campo, por intermédio de parteira, a tia Tereza Marchi.

A propriedade tinha aproximadamente 10 alqueires, onde se plantava milho, feijão, arroz, café Arábica e criação de gado. Angelina só saiu da propriedade quando se casou com Agostinho, quando tinha 17 anos.

Trabalhava na roça a maior parte do tempo, mas também cuidava das atividades da casa. Não estudou porque o pai não deixava as filhas estudarem, além disso, não tinha incentivo, tinha que trabalhar e faltava consciência de toda a família da importância dos estudos. Depois, quando estava com aproximadamente 10 anos começou a estudar, tendo a prima Plínia como professora, mas devido problema de vista, não conseguiu aprender.

1.2.4. Depois de casados

Conheceram-se quatro anos antes de casar (Agostinho com aproximadamente 18 anos e Angelina com 13 anos). Na ocasião Agostinho se aproximou e começaram a conversar/namorar. Namoraram dois anos antes de Agostinho ir para o Norte do Espírito Santo (viam-se uma vez por semana, geralmente aos sábados). Voltaram a se ver, depois de quase dois anos, contudo, nesse período namoravam por intermédio de correspondência. Agostinho enviou quatro a cinco cartas escrita pelo irmão. Angelina ecaminhou em torno de 10 cartas, que forma escritas pela prima Plínia. Depois desse período, Agostinho foi para o Sul do Estado, casando-se aproximadamente 30 dias depois, na Igreja de Boa Esperança, município de Cachoeiro de Itapemirim – ES, no dia 22 de novembro de 1946.

Em seguida (depois uma semana), foram morar no Norte do Espírito Santo, onde Agostinho já havia morado (propriedade do Sr. Egisto Daróz, localidade do Cedro) e trabalharam dois anos de meia (sistema de parceria) cultivando café Arábica. Devido trabalhar com irmão José, mas ter problemas com divisórias dos lucros, voltaram para o Sul do Estado

(Fazenda do Sr. Antônio Bastianelli, entre Claro Dias e Santo Antônio – Cachoeiro de Itapemirim - ES) e fizeram uma colheita de café Arábica a meia. Nessa ocasião nasceu o primeiro filho, José Francisco Parteli.

Por acreditar numa melhor perspectiva de trabalho, compraram em sociedade com os irmãos José, Marcelino e Joaquim uma propriedade de cinco alqueires no Palmeira, município de São Gabriel da Palha. Não foram morar na propriedade adquirida, permaneceram no Cedro. A propriedade da Palmeira não trouxe benefícios, pois ficou com os irmãos, José e Joaquim. No Cedro ficaram mais dois anos trabalhando à meia. Nessa ocasião tiveram o segundo filho, Hermes Joaquim Partelli. Saíram do Cedro, pois tinham adquirido uma propriedade no Paraíso Novo.

Quando vieram do Sul, pela segunda vez, adquiriram uma propriedade junto com irmão Marcelino. Essa propriedade era de quatro alqueires, na localidade do Cobra (Vila Combone), sendo comprada por 10 “contos” dados de herança pelo pai de Angelina. A propriedade ficava à aproximadamente 10 km do Cedro, direção “abaixo” de São Gabriel da Palha, no entanto, não moraram nessa propriedade, sendo vendida depois de seis meses, ocasião que ainda estavam na localidade do Cedro. Agostinho chegou a cortar cabelo em salão em São Gabriel da Palha para auxiliar nas despesas.

Vinda Para Paraíso Novo

A comunidade civil “Paraíso Novo” surgiu por volta de 1947, formada por famílias que vieram à procura de terra e de melhorias. Inicialmente, a comunidade foi composta pela família de João Alfredo, João de Paula, Antonio Braz, Daniel Merence Pinheiro Barros, José Cledes, Teófilo Osebio, Dirceu Dias e Agostinho Parteli, que veio depois dos outros citados.

A propriedade do Paraíso Novo foi comprada inicialmente por volta de 1948/1949 pelos quatro irmãos (José e Agostinho Parteli, Joaquim e Marcelino Pereira). Nas negociações posteriores, Marcelino tinha adquirido partes de José e Joaquim. Depois (um a dois anos antes de Agostinho e Angelina irem morar no Paraíso Novo), com a venda da propriedade da Cobra e herança do pai de Angelina, Agostinho e Angelina adquiriram as partes de Marcelino (três partes de quatro, por 20 “contos”), ficando toda a propriedade para o casal. O registro de compra e venda consta a data de 07 de julho de 1954, sendo uma área de 661.000m², por Cr\$1.340,00 (valor descrito no documento de compra e venda), no Paraíso Novo, onde foram morar. Na época a propriedade era localizada no município de Linhares, atualmente (desde 1994), município de Vila Valério – ES. Depois outras áreas foram vendidas, restando 461.000m².

Na ocasião, a propriedade não tinha área desmatada, sendo, portanto, coberta por mata Atlântica, brejos e três pequenos córregos (Córrego Paraíso Novo, Córrego da Saúde e Córrego São Vicente). Demoraram dois dias de viagem para chegar. Saíram da localidade do Cedro às 9:00 horas, chegaram em Vila Valério às 20:00 horas. No outro dia, saíram de Vila Valério às 9:00 horas e chegaram às 15:horas em Paraíso Novo. Na ocasião havia somente 20 barraquinhas de moradores em Vila Valério.

A mudança foi realizada por frete, com tropa de 10 burros. O trecho era só de “picada” onde não transitava automóvel. Quando chegaram, ficaram um ano morando em uma casa (barraquinho), na propriedade do Sr. José Quile (atualmente propriedade da família dos Figueira – aproximadamente 500 metros da divisa da propriedade, na direção abaixo do Córrego Paraíso Novo). Na ocasião enfrentaram uma grande seca, onde os três córregos ficaram secos.

Depois de um ano, fizeram uma casa de madeira e estuque (barreada), coberta com telhas feita de tabuinhas de madeira, onde ficaram por aproximadamente 11 anos. Nessa casa tiveram os outros quatro filhos com ajuda da parteira, Izabel De Zan (sogra de Angelina). Em 1964, construíram outra casa alta (um metro do solo), de madeira, tijolinho cru e coberta por tabuinhas, onde todos os filhos terminaram de crescer. Em outras ocasiões (final da década de 50 e início de 60) o pai de Angelina também auxiliou com recursos, na ordem de 25 contos, que ajudou em várias despesas.

Na propriedade cultivavam milho (tinham um moinho de pedra para fazer fubá), feijão (plantado de cavadeira e/ou enchadão), arroz (muda plantada no brejo e de sequeiro nas áreas altas), café Arábica, linhagem borbom (em caroço ou muda lavada) e pasto (para alimentação de gado de corte e leite). Na ocasião também se colhia muito mamão, mas esse nascia e crescia naturalmente nas lavouras. Plantava-se cana-de-açúcar para fazer açúcar, rapadura e melado. Cultivava-se mandioca para alimentação humana e de animal, fabricação de farinha, beiju e polvilho (tinham uma farinheira). Grande parte desses produtos eram para consumo e venda. Madeira, café e pecuária eram as principais fonte de receita.

Quando chegaram, compravam apenas querosene, sal, tecido e alguns remédios e, duas vezes ao ano compravam trigo. A compra do primeiro carro foi um Jeep usado, por volta do final dos anos 60. Depois foi comprado uma caminhonete (C14 – Chevrolet), e posteriormente um fusca (1600) e, depois outros. Na ocasião também tinham um trator Massey Ferguson.

Nas estradas, os filhos do casal (principalmente, José e Hermes quando crianças) ficavam próximos às porteiras para abri-las para passagem de tropas de burro, automóveis e carros de boi, em troca de algum dinheiro.

A família tinha uma junta de boi (com até seis animais que é igual a três canga), onde servia para puxar e carregar madeira, fazer mudanças, moer cana-de-açúcar (tinham engenho de madeira, na qual uma volta e meia moía 20 litros de garapa), transportar alimento para porco, transporte de café e outros produtos.

Geralmente a brincadeira dos filhos, aos sábados e domingos era fazer e brincar de carrinho de rolimã (na época a roda era feita de madeira) para descer morro abaixo. Outra diversão era matar passarinho de seta (estilingue de madeira e borracha). O meio de transporte dos filhos mais velhos (até a compra do carro) era bicicleta e cavalo, quando iam trabalhar/namorar e até mesmo depois de casados. A propriedade passou a ter energia elétrica apenas entre 1980 a 1982.

No início, logo ao casarem não tinham propriedade e local fixo para morar. Depois, veio a dificuldade de transporte de Paraíso Novo a São Gabriel da Palha (cidade mais próxima), onde não tinha estradas para carros. Outra dificuldade foi contas que não foram recebidas (venda de propriedade, colonos, sociedades e empréstimos).

O filho João Bosco, quando pequeno teve problema de saúde e ficou internado por alguns dias, ficando muito ruim. Agostinho também sempre apresentava problemas de saúde, vindo a deixar de trabalhar de forma efetiva com 35 a 40 anos. Izabel Dezam morou aproximadamente dois anos com o casal (fase final da sua vida), vindo a morrer por motivo de doença no início dos anos de 1970.

Na ocasião do crescimento, educação e casamento dos filhos mais velhos, o Brasil era governado por militares, que em 31 de março de 1964, por intermédio de golpe de estado, foi instituído a ditadura militar. Foram 17 Atos Institucionais, com duras medidas de repressão, dentre elas a suspensão da Constituição de 1946, a dissolução do Congresso, a supressão

de liberdades, a permissão do Exército e da polícia militar de prender e encarcerar pessoas consideradas "suspeitas", além de qualquer revisão judicial, dentre outros atos de repressão. O regime militar teve seu auge no final da década de 60, contudo, veio perdendo força no final da década de 70 e início de 80, devido principalmente, à dificuldade econômica, como hiperinflação, recessão e grandes taxas de desemprego, associados a grande parte das obras paralisadas e conflitos entre estados e civis. O regime durou até a eleição de um presidente civil, Tancredo Neves, em 1985 (Wikipedia, 2011).

Naquela época, os filhos do casal, principalmente os mais velhos, trabalhavam desde a adolescência, assumindo tarefas de grande importância, como ser responsável por "junta de boi" para puxar madeira e alimento, realizar plantios e manejar diversas culturas. Também era comum trabalhar mais de 10 horas por dia, iniciando as tarefas, assim que amanhecesse (6:00 horas), indo até o final da tarde (entre 18:00 e 17:00 horas).

A propriedade hoje pertencente a Hermes Joaquim Partelli (Sítio Araripe) foi adquirida (conforme registro de compra e venda) pelos filhos homens do casal. Foi comprada de Alberto Silva, em quatro de agosto de 1972 por Cr\$ 3.500,00. A área total adquirida foi de aproximadamente 223.163 m², (medição atual) sendo, 50.000 m² pertencente a Niraldo e Heleno Colodetti.

De início, os filhos, principalmente os mais velhos trabalhavam a meia, em parceria com os pais e em outras propriedades, até o casal dividir herança em 30 de junho de 1988. Conforme registro de compra e venda, a propriedade apresentava área de 461.000m² e valor de Cz\$ 1.920.000,00. Assim, a área herdada foi distribuída da seguinte forma: José recebeu uma área de 149.870m², avaliada em Cz\$ 625.000,00 (havia negociado parte de João); Hermes área de 74.935m², avaliada em Cz\$ 312.000,00; Izabel área

de 84.735m², avaliada em Cz\$ 353.000,00; Luiz e Ozílio área de 151.460m², avaliada em Cz\$ 630.000,00. A partir da distribuição da herança foi efetuado acordo entre a família, onde os filhos assumiram o compromisso de efetuarem contribuição ao casal por alguns anos, conforme a produção obtida na área herdada.

2. IMIGRAÇÃO

2.1. Imigração no Brasil

A imigração no Brasil passou a ser representativa (com média anual superior a 10 mil habitantes) na década de 1850 (Figura 5), tendo seu auge na década de 1890 com 1.200.217 habitantes, sendo 215.239 só no ano de 1892 (ano de maior imigração).

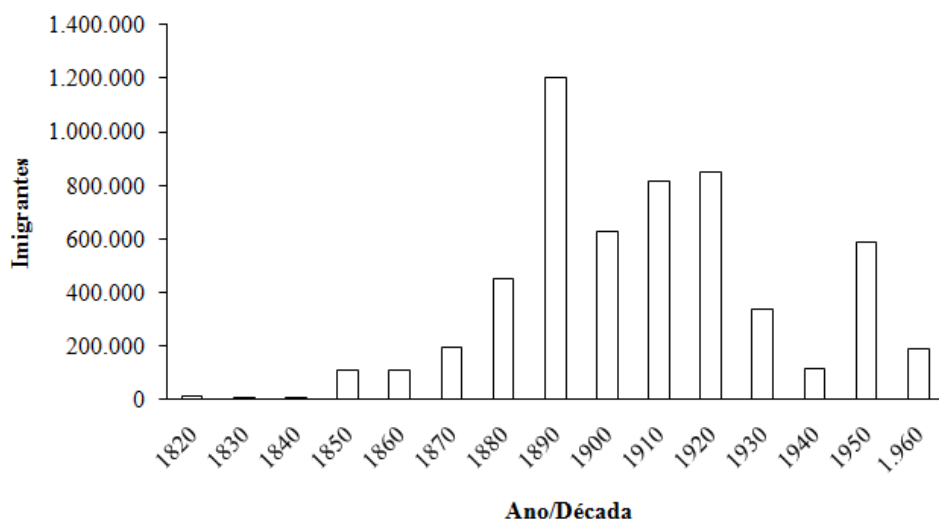


Figura 5. Imigração no Brasil entre 1820 a 1960, por década (IBGE, 2010).

O primeiro Censo realizado no Brasil ocorreu em 1872, sendo quantificado uma população de 9.930.478 habitantes. Os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi realizado o recenseamento na data determinada. Foi a partir desta data que a imigração passou a ser significativa no Brasil.

Entre os anos de 1884 a 1903, a principal imigração foi a italiana, com mais de 1,4 milhões de pessoas (Tabela 1). A partir dessa data o maior destaque ficou para a imigração portuguesa.

Tabela 1. Número de imigrantes vindos para o Brasil entre 1884 a 1933 (IBGE, 2010).

Nacionalidade	1884-93	1894-03	1904-13	1914-23	1924-33	1884-30
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723	154.397
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405	587.114
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177	1.401.335
Japoneses	0	0	11.868	20.398	110.191	142.457
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650	1.145.737
Sírios e turcos	96	7.124	45.803	20.400	20.400	93.823
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586	434.645
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	717.223	3.963.599

O número de negros vindo para o Brasil foi de 4.009.400, vindos principalmente da Angola, Costa do Marfim e sudoeste da Nigéria. O maior número de desembarque foi a partir de 1791 até 1850, como mais de 100.000 africanos a cada cinco anos. A maior concentração de escravos em 1864 era no Nordeste, porém em 1874 passou a ser no Sudeste (Tabela 2).

A população brasileira em 1872, era na sua maioria formada por pardos, logo seguida por brancos (Tabela 3). Contudo, a partir de 1890 passou a ser de cor branca, com grande diferença em 1940, influenciada principalmente pela imigração européia.

Em 1872 a população no Brasil era de 9.837.089 habitantes (República dos Estados Unidos do Brasil, 1900). As diferenças entre a

população encontrada na Tabela, não é erro desse trabalho, mas sim diferença entre as duas literaturas.

Tabela 2. População de escravos (não de negros) no Brasil (por região), entre 1864 a 1887 (IBGE, 2010).

Região	1864	1874	1884	1887
Extremo Norte	101.000	107.680	70.394	43.981
Nordeste	774.000	435.687	301.470	171.797
Sudeste	745.000	856.659	779.175	482.571
Espírito Santo	15.000	22.297	20.216	13.381
Oeste e Sul	95.000	140.803	89.767	25.070
Brasil	1.715.000	1.540.829	1.240.806	723.419

Nota: Segundo Nardoto e Lima (2001) em 1882 tinha 22.729 escravos no Espírito Santo.

Tabela 3. Evolução da população brasileira, segundo a cor entre 1872 a 1940 (IBGE, 2010).

Cor	1872	1890	1940
Branços	3.787.289	6.302.198	26.171.778
Pretos	1.954.452	2.097.426	6.035.869
Pardos	4.188.737	5.934.291	8.744.365
Amarelos	-	-	242.320
Sem declaração	-	-	41.983
Total	9.930.478	14.333.915	41.236.315

Em 1888 o Brasil possuía 14.333.915 habitantes, sendo 7.237.932 homens e 7.095.983 mulheres, distribuídos em 1024 municípios 3.236 distritos e 1.883 paróquias. (República dos Estados Unidos do Brasil, 1890). Já em 1900 o Brasil possuía 17.371.069 habitantes, sendo 8.855.237 homens e 8.515.832 mulheres (República dos Estados Unidos do Brasil, 1900). Em

2010, dados do último censo, a população brasileira foi de 190.732.694 habitantes, sendo 93.390.532 homens e 97.342.162 mulheres, apresentado uma taxa de crescimento de 1,7 (entre 2000 a 2010) e com 15,65% da população residentes no meio rural (IBGE, 2011).

2.2. Imigração Italiana no Brasil

A Europa no século XIX sofria grande desequilíbrio demográfico, social e econômico, sendo marcada pela pobreza, falta de terra e de trabalho. Mesmo com a revolução industrial, havia problemas negativos com os artesões (mecanização substituindo o homem). No campo existia em grande proporção o minifúndio, contudo com sucessivas divisões hereditárias as terras ficaram muito pequenas e menos produtivas, devido cultivos sucessivos (Retz, 2005). A Itália, dos anos de 1870 a 1890 possuía entre 27 a 30 milhões de habitantes (Da Wikipedia, l'enciclopedia libera, 2010).

Depois do congresso de Viana, 1814/1815 estabeleceu arbitrariamente novos estados, formas de governos e alianças entre os Estados italianos, isso sem consultar os habitantes. Dessa forma, a Itália ficou dividida em sete Estados soberanos. A unificação, depois de muitos conflitos, foi obtida apenas em 1870 chefiada por Vitor Emanuel II, pelo Primeiro Ministro Cavour e o revolucionário Giuseppe Garibaldi. Porém, terminada a luta, o sonho de paz e prosperidade foi ofuscado por uma dura realidade, por milhões de desempregados e camponeses sem terras, não tendo como alimentar a si nem as suas famílias. Parte desse problema foi associada ao advento da Revolução Industrial, que substituiu o trabalho do homem, com muito mais lucro e perfeição. Também havia problemas como desemprego, inflação, ausência de lideranças legislativas, radicalismos e baixa credibilidade do governo. Daí a solução foi imigrar (Grosselli, 2008, Da Wikipedia, l'enciclopedia libera, 2010, IBGE, 2010).

Os imigrantes, em particular, os italianos, deixaram seu país basicamente por motivos econômicos, sociais e conflitos internos. Na ocasião a emigração na Europa aliviava os países de pressões sócio-econômicas e trazia fluxo de renda vindo do exterior, uma vez que eram comuns os imigrantes enviassem economias para os parentes que permaneciam. No caso da Itália, depois de mais de 20 anos de guerra interna para a unificação do país, sua população, principalmente do campo e mais pobre, apresentava dificuldade de sobreviver nas propriedades ou nas cidades, para onde se deslocavam em busca de trabalho. Nessas condições, a emigração estimulada pelo governo e, também era uma solução de sobrevivência para as famílias. Daí que houve saída para o mundo de cerca de sete milhões de italianos no período compreendido entre 1860 e 1920 (IBGE, 2010).

Entre 1870 e 1920, momento áureo da "grande imigração", os italianos corresponderam por 42% do total dos imigrantes que entraram no Brasil, ou seja, num total de 3,3 milhões pessoas, os italianos foram cerca de 1,4 milhões. Os italianos passaram a apresentar maior destaque pelas autoridades públicas, por intelectuais e por empresários privados devido a proximidade de língua, religião e costumes em comparação aos alemães e japoneses. Além disto, correspondeu aos ideais de branqueamento da população, que era planejado na época, acreditado como desejável para que a população tornasse mais "civilizada" (IBGE, 2010).

Os imigrantes recebiam passagens financiadas, alojamento e trabalho inicial no campo. Contudo, eles se comprometiam com contratos que estabeleciam condições e locais de trabalho. A imigração estimulava a vinda de famílias, e não de indivíduos isolados. Chegavam famílias numerosas, com mais de dez pessoas, integradas por homens, mulheres e crianças de mais de uma geração (IBGE, 2010).

A maioria dos italianos se tornavam colonos ou empregados de fazenda de café. Trabalhavam em condições muito árduas, tendo escassas oportunidades de acumular capital. Eram poucos que conseguiam a tão sonhada compra de uma pequena propriedade.

As famílias que chegavam às fazendas de café se submetiam a um contrato, o qual todos deviam trabalhar e cuidar de um número determinado de pés de café, recebendo, em dinheiro uma quantia por cada mil pés. Tinham o direito à casa e quintal, podendo criar animais, fazer horta, plantar milho e feijão na entre linha do cafezal, que estivesse sob sua responsabilidade. No Estado do Espírito Santo muitos deles inicialmente ficavam na colônia de Demétrio Ribeiro, e os lotes foram demarcados em terra fértil e a iniciativa prosperou (IBGE, 2010).

Os principais imigrantes vinham de Vêneto, com cerca de 30%, seguidos por italianos vindos de Campânia, Calábria e Lombardia (Tabela 4). Os vênéticos eram mais loiros do que a maioria dos italianos. Geralmente eram pequenos proprietários rurais, arrendatários ou meeiros, daí a possibilidade do acesso à terra era um grande estímulo, sendo fundamental para a arriscada viagem ao Brasil.

Os imigrantes do Sul da Itália eram morenos, geralmente mais pobres e rústicos, camponeses que não dispunham de nenhuma economia e eram chamados de braccianti (classe operária ou que fazem trabalho braçal temporário ou fixo) (IBGE, 2010).

Tabela 4. Imigrantes italianos que vieram para o Brasil no período de 1876 a 1920 (IBGE, 2010).

Região de procedência	Imigrantes	Região de procedência	Imigrantes
Vêneto	365.710	Sicília	44.390
Campânia	166.080	Piemonte	40.336
Calábria	113.155	Puglia	34.833
Lombardia	105.973	Marche	25.074
Abruzzi/Molizi	93.020	Lázio	15.982
Toscana	81.056	Úmbria	11.818
Emília Romana	59.877	Ligúria	9.328
Brasilicata	52.888	Sardenha	6.113
Total		1.243.633	

Nota. Trento não aparece nessa estatística do IBGE.

2.3. Imigração no Espírito Santo

Em dezembro de 1812, ocorreu o primeiro empreendimento oficial da colonização agrícola no Brasil por meio de mão-de-obra familiar imigrante. Ocorreu na então Capitania do Espírito Santo, com um grupo de 32 colonos, de um total de 250, oriundos das Ilhas dos Açores, Portugal. Contudo, Oliveira (2008), relata que foram 30 casais em 15 de fevereiro de 1813. Eles vieram para ocupar lotes na Colônia Agrícola de Santo Agostinho, atual município de Viana. Foi criado pelo governador Rubim com o apoio do intendente do Governo Imperial, Paulo Fernandes Vianna (Franceschetto, 2010).

Conforme o Catálogo de Plantas e Mapas (1986), não existem documentos concretos descrevendo a precisa entrada de colonos estrangeiros no Estado. Os arquivos relatam que segundo os historiadores foi o intendente da polícia Paulo Fernandes Viano quem fomentou o início

da imigração europeia no Estado, no governo do Capitão de Mar e Guerra Francisco Alberto Rubim. Por sua vez este catálogo relata que a primeira entrada ocorreu em 1813, também às margens do córrego Santo Agostinho, sendo trinta casais, vindo dos Açores, Portugal.

De acordo com Oliveira (2008) e Franceschetto (2010), a partir de 1847, depois de criada a Colônia Imperial de Santa Isabel (margens do rio Jucu), se dá prosseguimento à colonização por meio de imigrantes europeus, dando início ao surto migratório. Ocorre a chegada de 163 alemães da Renânia, que eram católicos, luteranos e alguns calvinistas. Parte desse grupo já havia chegado em 21 de dezembro de 1846. Novas levas de imigrantes prussianos chegam para ocupar lotes agrícolas na colônia até meados de 1860. Já em 1858 verifica-se a entrada de 29 imigrantes italianos, então denominados de sardos, pois eram provenientes do Reino Sardo-Piemontês.

Em março de 1857, chegam os primeiros imigrantes, suíços em número de 140 (von Tschudi, 2004) e alemães, para a Colônia Imperial de Santa Leopoldina. Em 24 de junho de 1958, chegaram imigrantes holandeses e belgos no porto de Itapemirim (Roos e Eshuis, 2008). Entre 1868 e 1869 houve entrada de pomeranos que também são dominantes nos anos entre 1872 a 1874, juntamente com centenas de poloneses (provenientes da então Prússia Ocidental, também sob o domínio do Império Prussiano). O acesso à colônia se dava pela navegação do rio Santa Maria da Victória, cuja foz era na baía da capital do Espírito Santo (von Tschudi, 2004, Oliveira, 2008, Franceschetto, 2010).

A principal imigração existente no Espírito Santo foi a italiana com aproximadamente 75% do total de estrangeiros (Tabela 5).

Tabela 5. Imigrantes que vieram para o Espírito Santo, por nação de origem (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011).

Ordem	Países de origem	Total de entradas computadas (1812-1900)	Entradas computadas a partir de 1901	Entradas computadas século XIX e XX	Total de registros na base de dados
1	Itália	32.900	121	33.021	37.971
2	Alemanha	3.933	79	4.012	4.012
3	Espanha	2.620	2	2.622	2.688
4	Portugal	1.748	1	1.749	1.749
5	Polônia	686	700	1.386	1.386
6	San Marino	390		390	390
7	Holanda	323	1	324	324
8	Suíça	282		282	282
9	Áustria	217	13	230	230
10	França	152		152	176
11	EUA	167		167	167
12	Bélgica	140		140	140
13	Rússia	104		104	104
14	Luxemburgo	97		97	97
15	Ucrânia	70		70	70
16	China	66		66	66
17	Israel	0		0	11
18	Inglaterra	9		9	9
19	Venezuela	8		8	8
20	Argentina	7		7	7
21	Argélia	2		2	5
22	Turquia	0		0	3
23	Grécia	2	7	9	9
24	Marrocos	2		2	2
25	Líbano		2	2	2
26	Chile	1		1	1
27	Hungria	1		1	1
28	Romênia	1		1	1
29	Síria		1	1	1
30	Suécia	1		1	1
TOTAL		43.929	927	44.856	49.900

A partir de 1874, os italianos dominaram amplamente o fluxo de entrada no Estado, principalmente em Santa Leopoldina que, para receber novos contingentes de imigrantes, expandiu-se em várias direções. Foram criados novos loteamentos, a exemplo do Núcleo Timbuhy (atual Santa Teresa) e o Núcleo de Santa Cruz (atual Aracruz), cujo acesso se dava por meio do rio Piraquê-Açu.

Com a Proclamação da República, o Estado do Espírito Santo ganha autonomia e passa a demarcar novos núcleos de colonização. O destino foi o Sul, em maior número, mas também ocorre no Norte, para as fazendas de São Mateus, às margens do rio Cricaré, onde também foram criadas as colônias oficiais de Santa Leocádia e Nova Venécia. Além dos italianos, se verifica também a entrada de portugueses, espanhóis, de agricultores de San Marino e até mesmo de ucranianos (Franceschetto, 2010).

O rio Doce passa a ser utilizado como via de acesso para as colônias criadas à sua margem. Um dos núcleos ali demarcados, o Muniz Freire, estava localizado em terreno paludoso e, portanto, com grande incidência de insetos causadores de febres, o que dizimou centenas de italianos em 1895. Antes, porém, em 1813, um grupo de aproximadamente 30 espanhóis, subiram o rio, encaminhados para a fazenda de João de Pin Calmon, o primeiro núcleo de povoamento que deu origem a atual cidade de Linhares. Porém Oliveira (2008), descreve que já havia lavouras de café nas margens do rio Doce em 1812 e, segundo Grosselli (2008), exportação de café vindo da mesma região, um café denominado "Capitania" que depois foi substituído pelo "Bourbon". Em 1857, Nicolau Rodrigues França Leite transporta cerca de cinquenta imigrantes alemães e franceses para a sua colônia particular, denominada de Fransilvânia, nos arredores da atual cidade de Colatina. Em 1861 o empreendimento já havia sido

completamente abandonado pelos colonos em função do frequente ataque dos índios Botocudo (Franceschetto, 2010).

Na ocasião os lotes eram retângulos ou quadrados, com área de 302.500 m² sendo 275 m de frente para os cursos de água por 1.100 m de fundo ou 510 de lado. Em 15 de novembro de 1874, Costa Pereira constrói a primeira hospedaria de imigrantes (Catálogo de Plantas e Mapas, 1986).

2.4. Imigração italiana no Espírito Santo

Da imigração italiana no Estado, 40% foi proveniente de Vêneto, 20% de Lombardia e 14% de Trentino-Alto Adige. Daqueles que vieram de Vêneto, 28% eram de Verona (2.325 identificados). Já os vindos de Trentino-Alto Adige, 60 pessoas identificadas eram vindas de Castelnuovo. O embarque foi realizado principalmente pelo porto de Gênova, no mar Mediterrâneo (94,81%) e no porto de Havre na França (4,51%) (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011).

Uma das primeiras colônias de italianos no Espírito Santo foi proveniente do Norte da Itália, foi criada pelo governo brasileiro e, chamava-se Nova Trento. A primeira viagem de imigrantes aconteceu no dia 03 de janeiro de 1874, com saída às 13 horas do Porto de Gênova - Itália, no navio "La Sofia" que chegou na baía de Vitória no dia 17 de fevereiro do mesmo ano (Grosseli, 2008). O navio era movido à vela e de bandeira francesa. A segunda foi pelo navio "Rivadavia", também Francês. Esse navio também chegou no Brasil em fevereiro do mesmo ano, com 386 famílias, que foram encaminhados para as terras de Pietro Tabacchi, em Santa Cruz (atualmente Aracruz). Conforme o Arquivo Público Estadual (1995), o grande fluxo de imigração italiana no Estado teve início em 1874 com a expedição Tabacchi e com fundação da colônia Nova Trento em Santa Cruz.

Antes da abolição da escravatura a política imigrantista não progrediu, pois os fazendeiros, principalmente de café não necessitavam de mão-de-obra, pois tinham muitos escravos. Depois, necessitando de mão-de-obra, urgentemente a imigração progrediu no Estado. Nesse período ocorreu a proclamação da República, onde a Capitania passou a ser Estado. Em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira constituição republicana no Brasil. Em 02 de maio de 1892 foi promulgada a constituição estadual, e em 04 e junho foi declarada a autonomia do Espírito Santo. Um decreto presidencial de 04 de junho de 1892, estabeleceu fatores especiais aos imigrantes, onde colocava o Estado à disposição para a divisão e medição de terrenos devolutos em lotes de 25 hectares cada um (inciso 5º do artigo 73), para destinar aos imigrantes agricultores (Arquivo Público Estadual, 1995).

Geralmente os imigrantes que requeriam a colocação como parceiros eram apresentados aos grandes fazendeiros. Os diaristas encontravam trabalho com facilidade. Ao iniciar suas atividades, o Estado era isento de responsabilidade sobre eles. Já os que pleiteavam um lote de terreno, eram alojados e mantidos em um barracão na vizinhança das áreas a serem colonizadas para depois construírem suas cabanas (Arquivo Público Estadual, 1995).

A imigração italiana no Espírito Santo foi encerrada em 20 de julho de 1895, quando o Governo Italiano proíbe a imigração para o Estado, mediante relatório enviado em abril ao governo italiano pelo Cônsul da Itália no Estado Carlo Nagar, onde, descreve que os imigrantes eram obrigados a suportar má alimentação, abusos da polícia e justiça incerta, insalubridade do clima, doenças, deficiência de serviços médicos e escolares, demora excessiva na medição dos lotes e divisão de terras, dentre outras dificuldades, como descrito no relatório de Carlo Nagar (Arquivo Público Estadual, 1995).

3. CONTEXTO HISTÓRICO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

3.1. Situação histórica no Espírito Santo

Existem relatos de grupos humanos no Brasil há 58.000 anos (com base em vestígios) e há 11.500 anos com base no mais antigo fóssil humano encontrado em Minas Gerais. Depois os Tupis (1000 a C -1500 d C) que massacraram ou assimilaram os grupos nômades que antes habitavam o Brasil (Civita, 2009).

Numa história mais recente sabe-se que antes existia um povo, que os portugueses denominaram de “índio”, que eram milhões, de Norte a Sul. Vale relatar, que no país existia um total estimado de 23.510.000 índios no século XVI e no Espírito Santo e Ilhéus (nove grupos) eram de 160.000. Em 1998, restavam 302.888 no Brasil e 884 no Espírito Santo. Os grupos instintos no Espírito Santo e Ilhéus foram os Aimorés (Botocudo) 30.000 e Tupiniquim 55.000 (IBGE, 2010).

Em 1500 foi declarado o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Em 1534 o Brasil foi dividido por D. João III em 15 Capitanias Hereditárias que foram distribuídos entre 12 donatários, responsáveis em colonizar tais áreas (Wikipedia, 2011). A Capitania do Espírito Santo foi designada a Vasco Fernandes Coutinho em 1º de junho de 1534, sendo a doação assinada em Évora, Portugal. O desembarque de Coutinho no Estado ocorreu em 23 de maio de 1535, num domingo de Petencostes, dedicado a santíssima trindade, o divino Espírito Santo, daí o nome do Estado (Oliveira, 2008).

Os índios que habitavam a região eram denominados de Aymorés ou Aimorés (nação diferente), de língua Tupi, também denominados Botocudos, localizados de Campos dos Goytacazes até a Bahia, contudo, os Aimorés tinham uma particularidade em relação aos outros, eram mais resistentes à colonização e à submissão, o que levou a grandes conflitos e mortes (ambas as partes), o que dificultou significativamente a colonização portuguesa na região (Nardoto e Lima, 2001). Há relatos que os índios Botocudos venceram diversas batalhas, dificultando principalmente a colonização entre o rio Doce e rio São Mateus, também chamado de rio Cricaré (Zunti, 1982).

Em 1557 os tupiniquins pôs cerco a Vitória, que recorreu ao Governador geral que enviou 200 homens entre brancos e índios em seis navios para combate. Associado aos combates foi formado aldeamento e catequização para amenizar os ataques dos índios (Saletto, 1998). Foi no Estado do Espírito Santo, próximo à confluência dos rios Cricaré e Mariricu, que os portugueses em 1558 tiveram a primeira derrota, na batalha conhecida como "Batalha do Cricaré" onde os índios mataram Fernão de Sá, filho do Governador Geral do Brasil, Mem de Sá (Nardoto e Lima, 2001).

Em carta Regia de Dom João VI em 1808 foi determinada a exterminar os Botocudos do rio Doce e de toda região do norte do Estado. Por volta de 1909, os índios mataram, por engano, o filho do Barão dos Aymorés, achando que era outro fazendeiro (Nardoto e Lima, 2001).

Há relatos que alguns negros chegaram nas primeiras embarcações em Vitória e em São Mateus, porém de forma significativa ocorreu a partir de 1600. Vieram em condições precárias e desumanas, com objetivo principal de cultivar e processar a mandioca, que durante muitos anos foi o principal produto da coroa na região (Nardoto e Lima, 2001).

A Capitania do Espírito Santo foi comprada por Francisco Gil de Araújo (residente da Bahia), sendo adquirida de Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho (herdeiro de Vasco Fernandes Coutinho), em 1674, por 40 mil cruzados. Depois da morte de Araújo, no Estado da Bahia, em 1687, a capitania passa para o filho, Manuel Garcia Pimentel que nunca esteve no Estado, ficando o Estado a mercê de funcionários. Com a morte de Pimentel em 1711, que não deixou descendentes, a capitania passou para a Coroa por ordem do Rei.

A Coroa queria manter o Estado como "defesa natural" das Minas Gerais, proibindo a abertura do interior, deixando a natureza selvagem servindo como trincheira, contra ataques de estrangeiros em busca de ouro. Essa política permaneceu até as primeiras décadas do século XVIII. Assim, teve momentos que o Estado foi administrado por representantes da Bahia e do Rio de Janeiro, tendo separação teórica da Bahia em 1797 (por decreto), com nomeação de um governador que chegou no Estado em 29 de março de 1800. Porém, o Estado ficou realmente independente da Bahia em 3 de setembro de 1810 com a separação de dependência militar com a Bahia, incorporando inclusive Campos dos Goytacazes e São João da Barra até 1832. O Estado recebe a visita do imperador em 26 de janeiro de 1860 que permaneceu até 09 de fevereiro (Oliveira, 2008, Rocha, 2008).

Outros acontecimentos importantes ocorreram no Brasil e no Estado, dentre eles a vinda da família real e abertura dos portos em 1808, o “dia do fico” e a independência em 1822, a primeira constituição brasileira em 1824 (passa a ter eleições), a guerra da Cisplatina entre 1825 e 1828, a abdicação de Dom Pedro I em 1831, suspenso “no papel” o tráfico de escravos em 1831, muitas “revoltas” em várias localidades, Dom Pedro II foi declarado maior de idade em 1840, publicada a lei Eusébio de Queirós (extingue o tráfico de escravos) em 1850, inaugurada a primeira ferrovia em 1854,

ocorre a guerra do Paraguai entre 1864 e 1870 (o governo do Espírito Santo encaminha 830 pessoas), promulgada a Lei do ventre livre em 1871, seguida pela Lei Áurea em 1888 e proclamação da República em 1889 (Civita, 2009).

Quando os imigrantes chegaram ao Brasil de forma representativa (final do século XIX) tinham diversos problemas, dentre eles a dificuldade do idioma, diferenças culturais, ameaças de ataques de índios, diferenças na alimentação, existindo relatos de até morte com alimentação de mandioca “brava”, muitas doenças tropicais (frieiras, sarna, tétano, perebas, chagas, doenças de pele, impaludismo, elefantíase, sarampo, diversas febres, sarampo, varicela, coqueluche, dentre outras), cujos medicamentos eram à base principalmente de chá (arruda, camomila, laranja, erva-doce, macaé, erva-cidreira, boldo, dentre outros). Também era comum ataques de animais silvestres, falta de estradas, transporte precário, muitas das vezes a pé e sob lombo de burro (Zunti, 1982, Glazar, 2005).

Em 1773 o Estado do Espírito Santo tinha uma população de 7.773 habitantes, 24.585 em 1840, 70.585 em 1871 (Oliveira, 2008), e 82.137 habitantes em 1872, ficando em antepenúltimo lugar, sendo superior aos Estados do Amazonas e Mato Grosso (República dos Estados Unidos do Brasil, 1900).

Em 1888 o Estado tinha uma população de 110.137 habitantes (Oliveira, 2008), em 1890 era de 135.997, sendo 69.813 homens e 66.184 mulheres, distribuídos em 14 municípios, 57 distritos e 27 paróquias. A população do Espírito Santo era a penúltima, sendo superior apenas ao do Mato Grosso. (República dos Estados Unidos do Brasil, 1890). Na época todos os núcleos de população superior a 2.000 habitantes eram denominados cidades, inferiores a 1.000 de povoação e oscilando de 1.000 a 2.000 de vilas.

No ano de 1900, o Estado tinha uma população de 209.783, sendo 109.228 homens e 100.555 mulheres. A população do Espírito Santo era a penúltima, sendo superior apenas ao do Mato Grosso (República dos Estados Unidos do Brasil, 1900).

O Estado apresentava em 1920 em torno de 457.328 habitantes. Dos 20.941 estabelecimentos recenseados, 3.045 eram de italianos ou descendentes de italianos. Vinte anos depois, por meio do recenseamento geral verificou-se que o Estado possuía 157.929 habitantes nas cidades e 632.224 no meio rural. Já em 1960 os números eram de 403.461 e 1.014.887 nas cidades e meio rural, respectivamente. Devido a grande crise do café no final da década de 60 e outros fatores econômicos, houve grande êxodo rural fato exemplificado nos números, onde a população urbana em 1970 subiu para 721.916 e a do campo diminuiu para 877.417 habitantes (Oliveira, 2008). Em 2010, dados do último censo, a população do Estado foi de 3.512.672 habitantes, sendo 1.729.670 homens e 1.783.002 mulheres, com 16,62% da população residentes no meio rural (IBGE, 2011).

3.2. História de São Gabriel da Palha, Linhares e região

Em 1888 chegaram os primeiros imigrantes italianos em Colatina (Núcleo Antonio Prado). A região de Colatina, São Gabriel da Palha, Águia Branca, Pancas, São Domingos do Norte e Vila Valério (nos vales dos rios São José e Pancas, afluentes do rio Doce), passou a ter moradores de descendência européia a partir de 1920 (assentados em brechas rasgadas e porradas de machado e facão) (Malacarne, 2000, Glazar, 2005). Uns anos antes ocorreu a 1ª guerra mundial, contudo o Brasil não participou.

No início do século XX, o governo Capixaba começou a se preocupar com o Norte do Estado, que era ocupado por índios e estava sendo iniciada uma ocupação ilegal por mineiros e baianos. Em função

disso, em 1923 o então “presidente” do Estado Cel. Nestor Gomes criou oficialmente em Colatina a companhia Territorial, que já atuava desde 1920 (Malacarne, 2000, Glazar, 2005). A companhia tinha como diretores Atílio Vivacqua, Cel. Ildefonso Brito e Artur Oberlander Tibal, sendo destacados como agentes a conduzir a povoação os senhores Alberto Ceolin, Guilherme Simionato e Bertolo Malacarne.

A região Norte do Estado, entre o rio Doce e rio São Mateus era considerada Sertão Desconhecido na época do Império e até por mais algumas anos (Figura 6), devido à dificuldade de transporte (travessia dos rios). Em 1872 o Estado era dividido em 13 municípios (Figura 7). A partir daí passou a apresentar divisões no Sul, ficando o Norte com apenas três municípios. Já em 1940 surge o município de Castelo no Sul, dentre outros e Baixo Guandu no Norte (parte Norte do rio Doce) e a sede de Linhares passa a ser Colatina (Figura 7).

No ano de 1950, o Estado apresenta seis municípios com área territorial no lado norte do rio Doce, tendo ocorrido separação entre Linhares e Colatina (Figura 7). Contudo, o Estado apresentava um total de 33 municípios, indicando maior desenvolvimento da parte Sul. Foi a partir da Década de 50 que ocorreu uma grande colonização do Norte, confirmado pelo aumento de mais quatro e cinco municípios no Norte já em 1960 e 70 respectivamente, ocasião que já existia São Gabriel da Palha. A partir de 1994 surge como município Vila Valério (Figura 7).

São Mateus era uma das regiões mais desenvolvidas do Estado na época do Brasil Império, devido a produção de farinha de mandioca, contudo, estava limitada às margens do rio Cricaré, até Nova Venécia, tendo como meio de transporte o rio e o mar. Tinha uma população superior a 5.000 habitantes (Nardoto e Lima, 2001, Oliveira, 2008). Por sua vez, Linhares também se desenvolvia mais letamente, tendo maior crescimento

Mapa do Espírito Santo no tempo do Império



Figura 6. Mapa do Espírito Santo no tempo do Brasil Império.

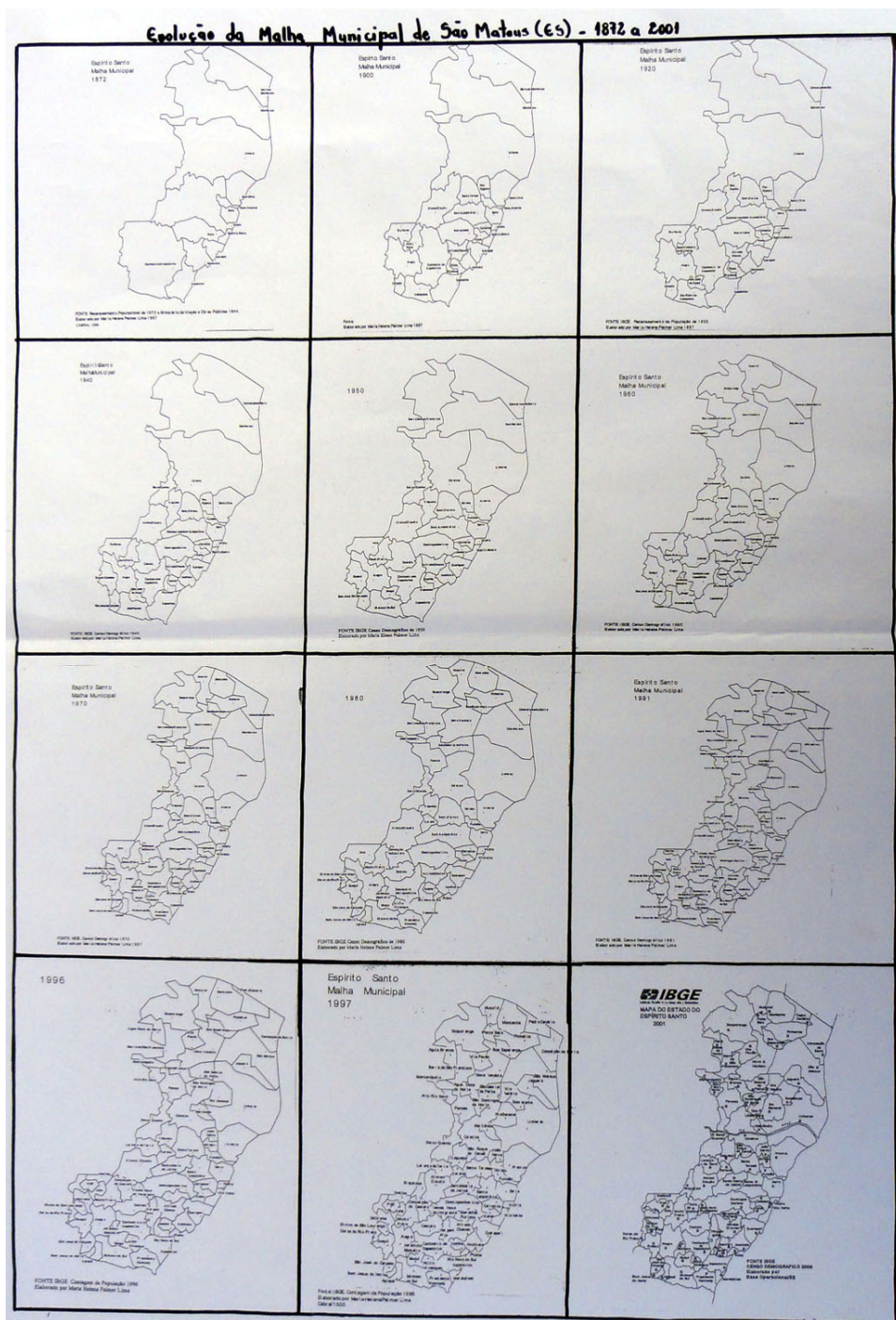


Figura 7. Divisão política do Espírito Santo em diferentes datas.

O povoado de Linhares, recebe a visita do Imperador Dom Pedro II, às 20 horas e 40 minutos de 3 de fevereiro de 1860. Nessa ocasião Linhares tinha um população de 700 habitantes. O Imperador visitou a lagoa Juparanã, Juparanã-mirim, ilhas, rio acima e índios, permanecendo até a madrugada do dia 7 de fevereiro. Não visitou São Mateus, pois um ano antes a cidade tinha enfrentado sérios problemas de varíola que ceifou muitas vidas (Rocha, 2008).

Em 20 de dezembro de 1906, o trem de ferro veio de Vitória para Colatina. Esta linha era integrada com outras do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Esse fato desencadeou o desenvolvimento de Colatina, frente a Linhares. Com isso, já em 1907 o Coronel Alexandre Camon transfere a sede do município de Linhares para Colatina. Em 1921 foi criado o município de Colatina e extingue Linhares, sendo novamente considerado município pelo decreto nº 15.177, somente em 31 de dezembro de 1943 pelo governador mateense, Jones dos Santos Neves.

A estrada que liga Linhares a Vitória teve o início das obras em 1930 sendo terminada em 1937 e só depois até São Mateus pelo governador Cap. Punaro Bley. Tal desenvolvimento estava associado a produção de cacau e pecuária (Zunti, 1982). Antes disso o meio de transporte era por embarcação.

Em 1924 o governador Florentino Avidos cria a diretoria do povoado. A companhia Territorial tinha uma área prevista de atuação de 28000 hectares, tendo demarcado 15.000 hectares para 1.368 famílias até 1932 (Malacarne, 2000).

Bertolo Malacarne, foi o primeiro a chegar em São Gabriel da Palha (Cachoeira da Onça) em 14 de setembro de 1925 e demorava quatro dias até Colatina. Porém, se questiona que Colatina pode ter sido visitada antes pelo próprio Bertolo e por outras pessoas. Bertolo teve sua propriedade registrada

em São Gabriel da Palha no ano de 1929, em 10 de setembro. Somente em 1936 que teve início aos assentamentos realizados por poloneses, em terras ainda devolutas (Malacarne, 2000).

Em 1925 teve início a construção da ferrovia, ligando Colatina a São Mateus (passando por Nova Venécia), contudo, essa foi paralisada em 1928 depois da construção de sete quilômetros. Foi nessa ocasião que foi inaugurada a ponte sobre o rio Doce em Colatina que auxiliou no desenvolvimento da região em termos diretos (travessia do rio) e indiretos (potencial de desenvolvimento que a linha férrea iria proporcionar), contudo veio a crise de 1929 e, consequentemente, a drástica queda dos preços do café. Em 1933 foi inaugurada a ferrovia ligando Nova Venécia a São Mateus (Malacarne, 2000). Já a ponte sobre o rio Doce, em Linhares só foi inaugurada em 27 de julho de 1954, com a presença do presidente Getúlio Vargas (Oliveira, 2008).

As áreas vendidas pela firma Costa & Malacarne eram distintas das terras concedidas à Companhia Territorial. Porém, todas estavam dentro da grande região Norte do rio Doce, região ainda praticamente desabitada, chamada de sertão desconhecido (Figura 6). A firma foi encarregada de colonizar 10.000 hectares às margens do médio rio São José, onde hoje se encontra São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha. A febre amarela era um dos principais problemas (Malacarne, 2000).

Em 06 de outubro de 1928 foi firmado um contrato entre o governo do Espírito Santo pelo Presidente de Estado, Aristeu Borges de Aguiar e a Sociedade de Colonização em Varsóvia, onde previa o ingresso de aproximadamente 2000 famílias numa área de 50.000 hectares no norte do Estado. A Companhia tinha a sede em Águia Branca e denominava-se Companhia Polonesa, que organizava vinda a dos Poloneses e até mesmo de outros imigrantes, sendo coordenada por Ruszczychi e pelo advogado

Valerjan Koszarowski (também chamado de Valery ou Valério). A companhia Polonesa teve grande influência na organização da chegada de imigrantes poloneses, italianos, alemães e de outras nacionalidades (Glazar, 2005).

No ano de 1936 foi encerrado o contrato entre o governo e a Companhia Polonesa, sendo renovado pelo Interventor Federal (governador) Cap. João Punaro Bley. Na ocasião existiam 5.000 hectares invadidas por posseiros no alto do rio São José. Também 10.000 hectares colonizada por Bertolo Malacarne (hoje São Gabriel da Palha), não havendo mais 50.000 hectares, portanto permitia à Companhia polonesa a ocupação de terras no médio e baixo do rio São José. Essa área, denominada "linha Polonesa" passava próximo à pedra do "saló", depois da subida do morro da saída do Jurama, sentido Linhares e da encruzilhada do Araribóia.

A companhia se estende, abre uma filial, no córrego do Cedro, hoje município de São Gabriel da Palha por volta do ano de 1936 ou 1937, auxiliando na organização da região (medições de terras, abrigos para imigrantes, comercialização de medicamentos, querosene, sal, tecidos e outros).

Um fato interessante, que repercutiu na ótima distribuição de terra na região de São Gabriel da Palha e Vila Valério (pequenas propriedades), esta relacionada a ordem do governo do Estado do Espírito Santo à Companhia Polonesa e ao Sr. Bertolo Malacarne. O Estado proibiu a venda de áreas (glebas de terras) superiores a cinco alqueires (quase 25 hectares) por família, salve casos de famílias maiores, era permitido até 10 alqueires (Malacarne, 2000, Glazar, 2005). Apesar da colonização polonesa na região existem poucos poloneses, pois de 10 que chegavam ficavam menos de três, hoje não permanecendo mais de 50 famílias em toda a região (Glazar, 2005).

A partir de 1939 (início da 2ª guerra mundial) parou de vir poloneses para o Brasil, vindo, portanto, de forma significativa para região, meeiros do Sul do Estado (Glazar, 2005), que geralmente eram imigrantes italianos, poloneses e alemães, muitos deles já nascidos no Brasil, vindos de Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari e de outras localidades. A companhia Polonesa ao vender os terrenos fornecia um título provisório, que tiveram sua legalização somente a partir de 1948, por intermédio da Secretaria da Fazenda do Estado no 1º mandato de governador do Sr. Carlos Lindenberg. De acordo com Glazar (2005), esse fato ocorreu depois da construção da estrada que liga São Gabriel da Palha a Colatina, passando pelo Sabiá, inaugurada em 1947 pelo mesmo governador citado, ou em 1945 como relata em outro trecho do mesmo livro, sendo construída utilizando “galhiotas” (tipo de caixa com duas rodas grandes que era empurrada por dois homens), pás e picaretas. Na época, na região não existia disponibilidade de trator ou outra forma de máquinas para efetuar os trabalhos de abertura de estradas e aterros (Glazar, 2005).

Segundo José Colonna, os índios residentes próximos do acampamento dos poloneses em Águia Branca foram retirados do acampamento pelo governo por volta de 1948, pois estes não tinham mais a caça como subsistência, apresentavam sérios problemas de malária e não se adaptavam à agricultura.

De acordo com Glazar (2005), a primeira bicicleta da região de São Gabriel da Palha foi trazida por um polonês em 1938. Em 1946 Eduardo Glazar adquire a primeira máquina de beneficiamento de café e instala o primeiro moinho na Cachoeira da Cobra, para fazer fubá. Em 1948, Eduardo adquire o primeiro carro “de passeio” da região, uma Rural. Também, no mesmo ano, instala o primeiro secador de café (na época café Árabica e variedade bourbon).

O primeiro cinema (Cine Estrela), com 250 lugares foi construído por Vicente Glazar (pai de Eduardo Glazar) e seus irmãos, em 1952 (ora também relatado com data de inauguração em 1955), juntamente com um conjunto de gerador, para funcionar o cinema e iluminar a praça e o posto de gasolina, uma vez que não havia energia elétrica. O primeiro filme exibido foi “O conde de Monte Cristo”. A energia elétrica chegou entre 1958 a 1960 e a “casa hospital” em 1960. O primeiro Banco “Banestes” foi inaugurado em 1963 (Glazar, 2005).

O município de São Gabriel da Palha passou a ter esse nome porque o primeiro morador era negro e se chamava Gabriel e as casinhas do lugar eram todas cobertas de palha (Glazar, 2005), por sua vez não há registros concretos (Malacarne, 2000). Sua emancipação política deu-se em 14 de maio de 1963, sendo o primeiro prefeito o Sr. Mauro Ribeiro Garcia, nomeado pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar. Houve outras duas nomeações (Sr. José Sebastião Lacerda e tenente Petronilo Barbosa de Souza. Em 1967, Eduardo Glazar foi o primeiro prefeito eleito. O município tinha como distritos Vila Valério, Águia Branca e Fartura. Na época os vereadores não eram remunerados.

4. CONTEXTO HISTÓRICO DE VILA VALÉRIO

Em 1937, a Companhia Varsóvia de colonização abriu escritório no córrego Cedro, onde teve início a colonização na margem esquerda do rio São José, inclusive em Vila Valério, antes pura mata, indo, posteriormente chegar na sede atual de Vila Valério no final da década de 30, indo até a divisa com Sooretama, entre os rios Barra-Seca e São José, próximo ao córrego Paraisópolis (linha polonesa) (Malacarne, 2000). Porém, segundo relato de João Alves Soares, ele e a família vieram morar em Vila Valério em 29 de julho de 1943 para auxiliar nas medições das terras, fato confirmado por Virgílio Damião Bonella. Junto com João Alves Soares estavam José Alves Soares Waldevino e José de Almeida. No ano de 1943 também estiveram na região os Senhores Virgílio Damião Bonella, Juca Machioli, Bernado Furlan, Hilario Bravim e Julio Carricio.

A colonização de Vila Valério iniciou a partir de 1943 pela companhia polonesa, chefiada pelo Engenheiro Esteves Bonislau Riszcyk, que ficou responsável em demarcar 2.000 alqueires, conforme relatos de Virgílio Damião Bonella e João Alves Soares. Mesmo com as medições das áreas ainda ficavam muitas áreas devolutas, que foram posteriormente ocupadas. Este fato ocorreu devido o contrato de colonização realizado entre o governo de Estado com a Companhia, representada pelo Dr. Walery Korszarowski, no qual, coordenou a colonização e auxiliou na formação do núcleo. Assim, em homenagem a este Sr., o povoado passou a ser conhecido como “Patrimônio Dr. Walery”, “nacionalizado” para Valério, e mais tarde

com amplo crescimento passou a ser denominado de Vila, passando a ser chamado de Vila Valério, mesmo depois de sua emancipação política.

O povoado de Valério teve sérios problemas com a febre no início de sua povoação. Segundo João Alves Soares que foi o “chefe” da primeira família a morar em Vila Valério, a febre passou a ser problema a partir do final de 1943, permanecendo a vila de Valério praticamente inabitada até 1948, fato confirmado por Virgílio Damião Bonella, indicando coerência de datas e informações. Por outro lado, Glazar (2005), descreve que em 1939 houve uma epidemia de febre amarela no povoado de Dr. Walery, morrendo mais de 50 famílias, ficando a região sem moradores por aproximadamente cinco anos. Porém, segundo o mesmo autor, começou a se formar um pequeno povoado em Vila Valério em 1946, mas a surgiu a febre amarela, e por não haver medicamentos morreram muitas pessoas e outras foram embora, ficando o povoado completamente deserto até 1948. As pessoas eram enterradas no meio da mata.

Nesse período, segundo Virgílio Damião Bonella muitas terras foram vendidas por preços muito baixos, como exemplo; uma mula em troca da realização da mudança de retirada. O mesmo Sr., relata que em janeiro de 1944 a febre estava matando muita gente. Em um só dia morreram João Batista e seus três filhos. Apenas em 1948, que o governo instalou um posto de malária, melhorando as condições de controle sobre a febre, proporcionando a re-entrada de famílias na região. Os remédios eram Aralen e Paludan. A febre é igual a febre amarela, impaludismo, malária, tremedeira. As informações de João Alves Soares e Virgílio Damião Bonella são mais consistentes, referente a datas, ou seja a febre foi intensa entre 1943 a 1948 em Vila Valério.

Virgílio Damião Bonella, conta que por volta do ano de 1945 existiam oito barracas em volta do marco inicial de Vila Valério, morando

os senhores Manuel Fagundes, Antônio Barbeiro, Benedito de Deus, Antenor Oliveira e Estevão Thomas.

Do início da colonização de Vila Valério, até a década de 60, a corrente migratória era de italianos, pomeranos e alemães (grande maioria, nascidos no Brasil), vindos de Afonso Cláudio, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim e Pancas. De 1950 até a década de 70, o café Bourbom e madeira (jacarandá, peroba e jequitibá) foram as principais receitas da região. Na década de 70, principalmente na região leste (distrito de Jurama e São Jorge do Barra Seca), houve uma aceleração de desmatamento, e as áreas foram ocupadas principalmente por famílias vindas da região da sede de Linhares, onde muitas permaneceram na região. Em 1980, com a ascensão do café, muitos mineiros e baianos vieram para trabalhar na colheita e muitos a permaneceram.

De acordo com relato de Virgílio Damião Bonella, as primeiras casas de Vila Valério (algumas casinhas) eram feitas de palmito roliço, coberta com folhas de palmeiras e amarradas com cipó e, o assoalho com terra batida. Os primeiros moradores foram João Alves Soares mais dois irmãos, Stefaneo Thomaz, Natalino Cossi, Carlos Boni, Benedito de Deus e João de Paula. Porém há outros moradores que vieram antes de 1948, dentre eles Daniel Pelinari, Felismino Pessin, Virgílio Damião Bonella, Antônio Pim e Salomão Pirschner, junto com pais e irmãos.

Segundo Bonella o primeiro comerciante de Vila Valério foi Domicio Pirschner, o primeiro padre chamado de Benedito e, o primeiro carro do farmacêutico Raulino Costa, por volta de 1955. A primeira professora foi Tereza Tótola e professor Virgílio Damião Bonella, que ministrou a primeira aula no dia 12 de abril de 1952 de 8:00 às 12:0 horas, para aproximadamente 45 alunos, crianças de sete a doze anos. A aula ocorreu na localidade onde hoje é o lote vago da igreja, entre o prédio do

Bonela e, a se chamava Valério. No governo de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg foi construída uma nova escola, “Atílio Vivaqua” inaugurada em 1962, onde as aulas passaram a ser ministradas.

Em 1953 Vila Valério foi elevado a distrito, por resolução da câmara municipal de Colatina. Já a parte hoje pertencente ao distrito de Jurama e São Jorge da Barra Seca pertenciam ao município de Linhares. Segundo Bonela, na época, entre 1950 a 1953 chegavam em média nove colonos por mês em Vila Valério. Também conta que como a posse de terra era livre, houve entrada de muitos fugitivos e criminosos na região.

Segundo Felismino Pessin e Malacarne (2000), a abertura da estrada ligando o Córrego Cedro a Córrego do Bley iniciou e terminou em 1948. Eduardo Glazar relata que no ano de 1952 existia estrada para automóvel de São Gabriel da Palha até o córrego do Bley (feita por madeireiro), portanto, os outros 17 a 20 km, até 1954 era estrada de tropa. O Sr. Eduardo Glazar, tinha uma venda no final da estrada do Bley em 1952. O mesmo Sr. relata que a primeira máquina de beneficiar café e de pilar arroz de Vila Valério foi levada “aos pedaços” por junta de boi em estrada de tropa em 1954. Segundo Agostinho Parteli e Domingos Felix Chagas, passou a ter estrada de Vila Valério ao Córrego do Bley por volta de 1955. De Vila Valério ao Jurama, passando por Paraíso Novo passou a ter estrada transitável por carro por volta de 1956 a 1958. Conforme Raimundo Ohnesorg e Bertholo Kempim existia outro caminho usado pelas pessoas que vinham da região de Pancas; passavam pela parte da linha polonesa (São Roque, Vila Fatura, Jacarandá e Pavãozinho), vindo chegar no Paraisópolis e Paraíso Novo. Raimundo relata que até 1957 não existia estrada ligando Paraíso Novo ao patrimônio da lagoa (sentido Linhares). Malacarne (2000), relata que havia estrada ligando Vila Valério a Linhares em 1960, contudo, não define quais

dos trechos. Conforme relato de Waldevino José de Almeida, por volta de 1958, o caminhão de Estevão Manzole ligou o povoado a Linhares.

Conforme Domingos Felix Chagas e Lorenço Assari em 1957/58 iniciaram a abertura de estrada, vindo da atual BR 101, antes estrada de terra, na localidade do Bairro Alegre, hoje município de Sooretama, em direção ao distrito do Jurama passando pelo distrito da lagoa Juparanã, Sobradinho e povoado do Rodrigues sentido Jurama. Segundo Zunti (1982), da lagoa Juparanã a Linhares já existia estrada antes de 1940.

As estradas foram iniciadas com auxílio de um trator, sendo efetuadas grandes retas, contudo, na ocasião, próximo à localidade do povoado do Rodrigues o tratorista sofreu um acidente, vindo a falecer com a queda de uma árvore (farinha seca) sob o trator. Com o acidente, e provavelmente associado a falta de recursos, a construção parou. Portanto, os outros 12 km foram construídos por madeireiro (por meio de picaretas e enxadão), não sendo mais retas como anteriormente. No mandato do prefeito de Linhares Emir de Macedo Gomes (1955 a 1958) foi construída a estrada que liga a distrito da lagoa Juparanã ao distrito de São Jorge da Barra Seca (Zunti, 1982). Na gestão do prefeito de Linhares Atenor Elias (1963 a 1966) o governo federal modifica o traçado e faz melhorias na BR-5, que liga Vitória a Salvador, hoje trecho incorporado à BR 101 (Zunti, 1982).

Em 1963/64 por intermédio do prefeito de Linhares (Sr. Senatillo Perin), foi disponibilizado trator para efetuar a abertura das estradas do município de Linhares, indo, portanto, até a divisa com São Gabriel da Palha, área territorial do distrito de Vila Valério.

Por volta de 1957, Ângelo Dalla Bernardina, colocou uma perua (combi) para realizar o transporte de passageiros de Vila Valério a Colatina, que ia num dia e voltava no outro. Depois comprou um ônibus, tendo como

motoristas seus dois filhos. Logo depois, Bernadina vendeu a concessão do trecho para Osmar Peixinho (conhecido como Maninho), que possui sua concessão até hoje.

Domingos Felix Chagas e Lorenço Assari relatam que existia um projeto de BR ligando Teófilo Otoni, MG, passando por Nova Venécia, São Jorge da Barra Seca, próximo do Jurama, povoado do Rodrigues, saindo na localidade do Bairro Alegre, hoje município de Sooretama, antes pertencente a Linhares. O projeto iniciou, mas por falta de recursos federais e vontade política foi encerrado. Na ocasião, por volta de 1963/64, a localidade do Jurama recebe a visita do Sr. Camilo Cola (proprietário da empresa Itapemirim), que verificou a possibilidade de colocar uma "linha" de ônibus, uma vez que existia a expectativa de asfalto. Como isso não ocorreu, Camilo Cola vendeu a "linha" para o "Maninho", atual proprietário da viação São Gabriel. A partir daí, por volta de 1965 passou a existir a primeira "linha" de transporte coletivo registrada "ligando" Vila Valério a Linhares, passando pelo Paraíso Novo e Jurama.

Algumas estradas da região foram feitas por trator, mas a maioria das estradas, principalmente as vicinais foram feitas pelos próprios moradores, usando picaretas e enxadões. A BR 101 foi asfaltada por volta de 1964.

Entre o ano de 1967 a 1971 (mandato de prefeito de Eduardo Glazar) que chegou energia elétrica em Vila Valério que proporcionou maior qualidade de vida para os moradores.

O distrito de Vila Valério, pertencente a São Gabriel da Palha, junto com o distrito de São Jorge da Barra Seca, pertencente ao Município de Linhares, tornaram-se município no dia 28 de março de 1994 (lei estadual número 4.892), tendo se instalado em primeiro de janeiro de 1997. Antes o distrito de Vila Valério não teve sua emancipação aprovada, pois não

preenchia os requisitos previstos na legislação vigente na época. Daí uma das alternativas foi efetuar a junção com o distrito de São Jorge da Barra Seca, onde obteve a aprovação da emancipação política.

Em 2010, a população de Vila Valério foi de 13.830 habitantes, sendo 7.207 homens e 6.623 mulheres, com 63,54% da população residentes no meio rural (IBGE, 2011). Possui uma área de 464,39 km², fazendo divisa ao leste com Sooretama, sul com Rio Bananal, sudoeste com São Domingos do Norte, oeste e nordeste com São Gabriel da Palha, norte com São Mateus e nordeste com Jaguaré. A distribuição de terras de Vila Valério é caracterizada por apresentar pequenas propriedades, sendo 567 propriedades de 0 a 10 hectares, 1122 de 10 a 50 hectares, 184 de 50 a 100 hectares e 87 superiores a 100 hectares.

5. HISTÓRIA DO CAFÉ CONILON E ARÁBICA NA REGIÃO

5.1. O descobrimento da bebida

A descoberta do efeito estimulante da fruta de café e o seu consumo são registrados pela primeira vez em manuscritos do Iêmen, no ano de 575. "Diz a lenda" que um pastor etíope chamado Kaldi passou a observar que as cabras ao mastigar as plantas e frutos de café se tornavam mais ativas e resistentes entre outros efeitos. Portanto, as pessoas passaram a consumir a polpa doce, às vezes macerada, ou misturada em banha e, também suco fermentado de café. As folhas também eram utilizadas no preparo do chá e mastigadas (Martins, 2008).

O processo de infusão, com cerejas fervidas em água, para fins medicinais ocorreu por volta do ano 1000, pelos árabes. A arte de torrefação, que proporciona gosto, como conhecemos hoje, foi descoberta apenas no século XIV, tendo o consumo “deslanchado” a partir de 1450. O primeiro café público foi aberto em 1475, chamado de Kiva han, em Constantinopla capital da Turquia, onde se transformou em um ritual de sociabilidade, principalmente entre os mulçumanos (Martins, 2008). Porém, a Europa apresentava resistência ao consumo de café, uma vez que a igreja considerava a bebida um alimento herege, associado a efeito estimulante pecaminoso e consumido por pagãos geralmente mulçumanos (Martins, 2008). Somente, no papado do sumo pontífice Clemente VII, entre 1523 a 1534 (Martins, 2008), ou no papado de Clemente VIII, entre 1592 a 1605, depois de reunião com o concílio de bispos (Moreira, 2007), o café deixou

de ser considerado uma bebida impura entre os cristãos. Na Europa, em 1685 foi difundido o consumo do “café com leite” (Moreira, 2007).

O café Arábica (*Coffea arábica* L.) foi descrito pelo botânico Carlos Lineu (Carolus Linnaeus) no ano de 1753. Já o café Conilon (*Coffea canephora* Pierre ex A.Froehner), foi descrito detalhadamente por Albrecht Froehner em 1897 (Davis et al., 2006).

5.2. História do Café no Brasil

Sementes viáveis do café chegaram ao Brasil, no Estado do Pará no início de 1727, oriundo da Guiana Francesa, trazido pelo Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta (Martins 2008). Quatro anos depois (em 1731), foram exportados 3.213 gramas de café para Lisboa. Onze dias depois da independência do Brasil (1822), um ramo de café foi incorporado ao escudo de armas do Império e, em 1826 foi agregados ao brasão da capital (Martins, 2008).

Em 1779 o Brasil exportou 79 arrobas de café, 8.495 e 82.245 arrobas de café nos anos de 1796 e 1806, respectivamente. No período regencial (1831 a 1840) o café passou a liderar as exportações, sendo intensificado na segunda metade do século (Tabela 6). Difundiu-se nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (Vale do rio Paraíba do Sul) e depois para outros estados da Federação (Martins, 2008). Em 1830, o café era produzido com mão-de-obra de 600.000 escravos. Contudo, a partir de 1860 a mão-de-obra escrava começou aos poucos a ser substituída por imigrantes europeus (Roos e Eshuis, 2008).

Para se ter uma idéia da grande importância da cultura, na década de 1890 – 1900 o café representou 64,5% das exportações brasileiras (75 milhões de sacas), seguido pela borracha (15%), açúcar (6%), algodão (2,5%), couros e peles (2,4%) e fumo (2,2%) (Moreira, 2007). Em 1895

(Martins, 2008) e, também em 1922 o país produzia 70% de todo café consumido no mundo e em 1925 representava 60,5% de todas as vendas externas brasileiras (Moreira, 2007). O café teve boa cotação entre 1886 a 1896, 1911-1912 e na década de 1920 a final da década de 1930, em que se atingiu a cotação *Record* de 60\$000 para cada 15kg de café, contudo em 1930 desabou para 5\$000 (Grosselli, 2008), com a queda das bolsas.

Tabela 6. Porcentagem das exportações brasileiras provenientes do café e porcentagem da produção nacional em frente à produção mundial em parte do século XIX (Martins, 1991).

Década	Porcentagem das exportações brasileiras (em valor de venda)	Porcentagem da produção mundial (em produção)
1820	18,4%	18,18%
1830	43,8%	29,7%
1840	41,4%	40%
1850	48,8%	52,09%
1860	45,5%	49,07%
1870	56,6%	49,09%
1880	61,5%	56,63%

Segundo Moreira (2007), a primeira grande crise dos preços do café ocorreu em 1906 em função da alta produção mundial (25% superior ao consumo) e a desvalorização, seguida pela crise de 1913, associada à primeira guerra mundial. Outra grande queda de preços ocorreu com a crise de 1929 levando o governo do presidente Getúlio Vargas a queimar dois milhões de sacas em 1931, e 82 milhões de sacas até o final da mesma década (Moreira, 2007) ou 78 milhões de sacas (quantia três vezes superior

ao consumo mundial) entre 1931 a 1944, juntamente com a proibição de novos plantios (Martins, 2008).

Hoje, o volume de negócios do café perde apenas do petróleo. A economia cafeeira mundial movimentou US\$ 94 bilhões e gera 500 milhões de empregos diretos e indiretos. O Brasil é o maior produtor, tendo produzido na safra de 2010 mais de 48 milhões de sacas em mais de dois milhões de hectares (Conab, 2011).

5.3. História do Café no Espírito Santo

O café Arábica foi introduzido no Estado do Espírito Santo por volta de 1770 (Moreira, 2007). Segundo Oliveira (2008), havia lavouras de café nas margens do rio Doce em 1812 e de acordo com Grosselli (2008), esse café era exportado, sendo denominado "Capitania" sendo depois substituído pelo "Bourbon". A partir de 1850 o café passa a substituir de forma significativa áreas cultivadas com cana-de-açúcar, sendo a nova alavanca social e econômica do Estado (Merlo, 2008). Em 1851 o Estado produziu 83.790 arrobas; em 1858, 151.227 arrobas e em 1861, 223.809 arrobas, se tornando de forma consistente a principal cultura do Estado (Oliveira, 2008).

Entre os anos de 1851 a 1872 o Espírito Santo aumentou sua produção em cinco vezes, e sua participação na produção brasileira passou de 1% a quase 5%. A zona de maior produção tornou-se a zona da capital, caracterizada por pequenas propriedades. A partir do início dos anos de 1870 o Sul voltou a ser a região de maior produção. No início dos anos de 1870, o valor do café no mercado aumentou 70%. As exportações de café no Estado, por volta de 1870 foi em torno de 5 mil a 8 mil quilos. No final do século a produção oscilou em torno de 30 milhões de quilos. Já na primeira

década do século XX a produção foi de 40 milhões de quilos (igual a 667 mil sacas).

A economia do Estado passou a ser a monocultura do café. Com a abolição da escravidão a produção do café cai significadamente, daí o maior percentual de imigrantes, no Espírito Santo, escolheu trabalhar como meeiros nas lavouras de café, voltando a fortalecer a cafeicultura (Grosselli, 2008).

No início da República o café chegou a representar mais de 90% da receita do estado (Civita, 2009). No ano de 1847 o Estado exportou 115.390 arrobas e em 1900, com a atuação também dos imigrantes um total de 1.234.195 arrobas, ou seja, mais de 300 mil sacas. Em 1903 o café foi responsável por 95% da renda do Estado, porém em 1918 foi de 60%. No ano de 1920 existiam aproximadamente 114.583.853 pés de café (Oliveira, 2008). Em 1924 o Estado colheu 629 mil sacas tendo seu plantio alavancado pela estrada de ferro Vitória-Minas em 1906 a diante (Moreira, 2007).

Entre os anos de 1892 a 1919 o café representou mais de 50% da receita total, com exceção do ano de 1910 que foi de 46%. A produção, a partir de 1894 sempre foi superior a 394 mil sacas de 60 kg, chegando a atingir mais de 950 mil sacas em 1915 e 74% da receita total do Estado (Oliveira, 2008).

Em 1938 ocorre crescimento da produção no Estado do Espírito Santo, tendo uma produção em torno de 1,7 milhões de sacas, que ocorre até meados de 50. Em 1950 a 54 houve elevação acentuada dos preços no mercado internacional que continuou até 1957, associado à desvalorização da moeda brasileira, ocasionando incremento na produção. Em 1960 o Estado chegou a produzir 3,1 milhões de sacas (Oliveira, 2008). Com a grande produção mundial, já em 1958 ocorre queda dos preços (mercado nacional e internacional), que vai até o final da década de 60.

Para regular esse problema na economia e no meio rural o governo adota a política de erradicação do café em toda nação, inclusive sob o parque cafeeiro do Estado. O Espírito Santo foi o Estado da federação em que mais erradicou café, em termos percentuais. Foram erradicados aproximadamente 220 milhões de pés entre 1966 a 1968 que ocasionou o deslocamento de 30 mil famílias, ou seja, em torno de 180 mil pessoas, saindo 30 mil para outros estados. O Estado voltou a produzir menos de um milhão de sacas por alguns anos (Oliviera, 2008). Os novos plantios voltaram a ocorrer somente depois de 1970 (Merlo, 2008), contudo, no Norte do Estado plantou-se café Conilon.

5.3.1. Café Conilon

O café Conilon chegou no Espírito Santo por intermédio do presidente de estado (governador) Jerônimo Monteiro em 1911 (Merlo, 2008). Segundo Glazar (2005), foram aproximadamente 2.000 mudas e 50 litros de sementes, as quais foram distribuídas no Sul e no Centro-Sul, mas, não desenvolveram devido a preferência pelo café Arábica.

Em 1971 iniciou o plantio comercial, de forma significativa de café Conilon no Brasil, no Espírito Santo, em São Gabriel da Palha. Somente em 1974 houve dados estatísticos de produção (200 mil sacas). Antes disso, o governo brasileiro queimou milhões de sacas de café, vindo a incentivar a erradicação das lavouras cafeeiras no final da década de 1960, coordenada pelo Instituto Brasileiro do Café, sugerindo arranque das lavouras com mais de três anos. No local, antes cultivado com o café era recomendado o plantio de pasto ou mamona. Na ocasião também aumentaram os problemas com broca e ferrugem do café (Glazar, 2005).

Nesse período o café era a principal atividade que sustentava a renda de muitos pequenos proprietários imigrantes italianos, alemães, poloneses e

brasileiros. Nessa ocasião, com a erradicação dos cafezais houve grande migração de meeiros e proprietários rurais para outras cidades e Estados, principalmente Rondônia (na época Território Federal).

Em 1969, o governo brasileiro percebendo que iria faltar café (grande erradicação, geadas no Paraná e compromissos internacionais), coordenou e incentivou plantios de café em todo o país, inclusive com financiamentos com três anos de carência e cinco anos para pagar a juros baixos, contudo somente em áreas acima de 400 metros e para café Arábica. O Conilon passou a ter reconhecimento e financiamento pelo Instituto Brasileiro do Café somente a partir de 1975 (Glazar, 2005).

Antes, em 1963 Eduardo Glazar coletou mudas de plantas de café Conilon em uma propriedade abandonada no Cachoeira da Cobra e, plantou 4.000 mudas em sua propriedade. Na ocasião também plantou uma lavoura de café Arábica. Na experiência em cultivar as duas espécies, praticamente nas mesmas condições notou-se que no decorrer de quatro anos o Conilon apresentava grande vantagem sobre o Arábica, como a produção com menor idade, produção 40% superior ao Arábica e tolerante à ferrugem); porém devido ser desconhecida não tinha mercado. Nessa ocasião o Sr. Emesto Caetano também tinha uma lavoura no Córrego Dourado com sementes trazidas do Sul do Estado. (Glazar, 2005).

Mesmo com a crise do café, a prefeitura de São Gabriel da Palha, governada por Eduardo Glazar estimulou o plantio de café Conilon, bem como proporcionou a distribuição de mudas. Ao mesmo tempo em que os cafeicultores reivindicavam a valorização do café Conilon no mercado. Assim, Jônice Tristão, por meio de sua empresa de café solúvel (Realcafé), assumiu o compromisso de comprar todo café Conilon produzido em São Gabriel da Palha. A empresa implantada em Viana, ES foi inaugurada em 24 de abril de 1971 (Glazar, 2005). Ocorreu também o incentivo, distribuição

de seis milhões de mudas pela prefeitura de Linhares, na época do prefeito Samuel Batista Cruz entre os anos de 1973 a 1976 (Zunti, 1982).

A partir da década de 80 surgem as mudas propagadas por estacas. Essa técnica já foi descrita em um livro Francês escrito por Coste (1955). Proporciona uma série de vantagens, dentre elas, manter as características da planta matriz, facilitando a padronização e produtividade significativa em menor tempo de cultivo (Partelli et al., 2006). O adensamento também foi um grande avanço da cafeicultura, na qual foi difundido, principalmente pelos irmãos Partelli, Ozílio e Luiz.

Esses fatores, associado a outras técnicas proporcionam grandes ganhos de produtividade da cultura. Atualmente Vila Valério sempre fica entre os maiores produtores de café Conilon do Brasil, com produção em torno de 500 a 600 mil sacas. O Estado é o maior produtor de Conilon, com produção de 7.355 mil sacas em 2010 (Conab, 2011).

6. REPRESENTANTES ADMINISTRATIVOS

6.1. Representantes Federais (Brasil, 2011)

6.1.1. Reis/Imperadores

07.09.1822 - Dom Pedro I (Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon). (Abdicou)

07.04.1831 - Período regencial.

02.12.1840 - Dom Pedro II (Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga). (exilado)

6.1.2. Presidentes

15.11.1889 - Marechal Manoel Deodoro da Fonseca (renunciou)

23.11.1891 - Marechal Floriano Vieira Peixoto (vice)

11.11.1894 - Prudente José de Moraes Barros

15.11.1898 - Manuel Ferraz de Campos Salles

15.11.1902 - Francisco de Paula Rodrigues Alves

15.11.1906 - Afonso Augusto Moreira Penna

14.06.1909 - Nilo Procópio Peçanha

15.11.1910 - Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca

15.11.1914 - Wenceslau Braz Pereira Gomes

15.11.1918 - Francisco de Paula Rodrigues Alves (eleito, mas não assumiu, por motivos de doença).

15.11.1918 - Delfim Moreira da Costa Ribeiro (vice)

28.07.1919 - Epitácio da Silva Pessoa

15.11.1922 - Authur da Silva Bernardes

15.11.1926 - Washington Luís Pereira de Sousa (ate 24/10/1930, foi deposto)

1930 - Julio Prestes de Albuquerque (eleito, mas não empossado)

24.10.1930 - Junta governativa: General Augusto Tasso Fragoso, General João de Deus Menna Barreto e Almirante José Isaías de Noronha

03.11.1930 - Getúlio Dornelles Vargas (deposto)

29.10.1945 - José Linhares

31.01.1946 - Marechal Eurico Gaspar Dutra

31.01.1951 - Getúlio Dornelles Vargas (suicidou-se)

24.08.1954 - João Fernandes Campos Café Filho

08.11.1955 - Carlos Coimbra da Luz

11.11.1955 - Nereu de Oliveira Ramos

31.01.1956 - Juscelino Kubitschek de Oliveira

31.01.1961 - Jânio da Silva Quadros

25.08.1961 - Paschoal Ranieri Mazzilli

08.09.1961 - João Belchior Marques Goulart

02.04.1964 - Paschoal Ranieri Mazzilli

15.04.1964 - Marechal Humberto de Alencar Castello Branco

15.03.1967 - Marechal Arthur da Costa e Silva

31.08.1969 - General Aurélio Lyra Tavares, Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e Brigadeiro Márcio de Souza Mello

30.10.1969 - General Emílio Garrastazu Médici

15.03.1974 - General Ernesto Geisel

15.03.1979 - General João Baptista de Oliveira Figueiredo

15.03.1985 - Tranquedo de Almeida Neves (morte antes da posse)

15.03.1985 - José Ribamar Ferreira de Araújo Costa - José Sarney

15.03.1990 - Fernando Affonso Collor de Mello (Impeachment)

29.12.1992 - Itamar Augusto Cautiero Franco

01.01.1995 - Fernando Henrique Cardoso

01.01.2003 - Luiz Inácio Lula da Silva

01.01.2011 - Dilma Vana Rousseff.

6.2. Representantes Estaduais, depois do período da grande imigração (Oliveira, 2008, Espírito Santo, 2011)

6.2.1. Presidentes de Província

01.10.1873 - Luiz Eugênio Hoste Barbosa

06.12.1875 - Domingos Monteiro Peixoto

04.12.1875 - Manoel José de Menezes Prado

13.12.1876 - Antônio José de Miranda Nogueira da Gama

04.07.1877 - Afonso Peixoto de Abreu Lima

16.12.1878 - Manuel da Silva Mafra

25.01.1879 - Elizeu de Souza Martins

06.10.1880 - Marcelino de Assis Tostes

24.03.1882 - Herculano Marcos Ingus de Souza

09.12.1882 - Martin Francisco Ribeiro de Andrada

26.04.1883 - Miguel Bernardo Ribeiro Amorim

17.01.1884 - Joaquim José Afonso Alves José Camilo Ferreira Rabelo
(Substituto)

17.04.1884 - Custódio José Ferreira Martins

03.03.1885 - Laurindo Pita de Castro

02.10.1885 - Antônio Joaquim Rodrigues

21.08.1887 - Antônio Leite Ribeiro de Almeida

06.08.1888 - Henrique de Ataíde Lobo Moscoso

09.05.1889 - Cel. Manoel Coutinho Ribeiro Mascarenhas

19.07.1889 - José Caetano Rodrigues Horta

6.2.2. Presidentes de Estado

22.11.1889 - Afonso Cláudio de Freitas Rosa

07.01.1890 - José Horácio Costa (Substituto)

09.09.1890 - Constante Gomes Sodré
20.11.1890 - Cel. Henrique da Silva Coutinho
11.03.1891 - Antônio Gomes Aguirre
07.06.1891 - Cel. Alfeu Adelfo Monjardim de A. e Almeida
08.12.1891 - Antônio Gomes Aguirre
09.12.1891 - Junta Governativa
03.05.1892 - José de Melo Carvalho Muniz Freire
23.05.1896 - Graciano dos Santos Neves
23.09.1897 - Constante Gomes Sodré
06.01.1898 - José Marcelino P. de Vasconcelos
23.05.1900 - José de M. Carvalho Muniz Freire
23.05.1904 - Argeu Hortêncio Monjardim
16.06.1904 - Cel. Henrique da Silva Coutinho
23.05.1908 - Jerônimo de Souza Monteiro
23.05.1912 - Cel. Marcondes Alves de Souza
23.05.1916 - Bernardinho de Souza Monteiro
23.05.1920 - Cel. Nestor Gomes
23.05.1924 - Florentino Avidos
30.06.1928 - Aristeu Borges de Aguiar
16.10.1930 - Antônio Francisco Ataíde

6.2.3. Interventores Federais

16.10.1930 - Cel. José Armando Ribeiro de Paulo - Junta Governativa: João Manuel de Carvalho
19.11.1930 - Afonso Corria de Lirio - Cap. João Punaro Bley
22.11.1930 - Cap. João Punaro Bley (governador e interventor) - Celso Calmo Nogueira da Gama (substituto eventual) diversas vezes
21.01.1943 - Jones dos Santos Neves
27.10.1945 - José Rodrigues Sette
06.11.1945 - Des. Otávio de Carvalho Lengruber

27.02.1946 - Aristides Alexandre Campos
08.06.1946 - Ubaldo Ramallete Maia (substituto)
14.10.1946 - Moacyr Ubirajara da Silva
26.11.1946 - Ciro Vieira da Cunha (substituto)
12.12.1946 - Moacyr Ubirajara da Silva

6.2.4. Governadores de Estado

29.03.1947 - Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
31.01.1951 - Jones dos Santos Neves
10.10.1952 - Francisco Alves Ataíde (substituto)
31.01.1955 - Francisco Lacerda de Aguiar
31.01.1959 - Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
10.10.1959 - Raul Giubert (vice governador)
06.07.1962 - Hélsio Pinheiro Cordeiro
05.08.1962 - Asdrubal Martins Soares (eleito pela assembléia legislativa)
31.01.1963 - Francisco Lacerda de Aguiar
05.04.1966 - Rubens Rangel (vice governador)
31.01.1967 - Cristiano Dias Lopes Filho
15.03.1971 - Arthur Carlos Gerhardt Santos
15.03.1975 - Élcio Álvares
15.03.1979 - Eurico Vieira de Rezende
15.03.1983 - Gerson Camata
13.05.1986 - José Moraes (vice governador)
15.03.1987 - Max Freitas Mauro
15.03.1991 - Albuíno Cunha de Azeredo
01.01.1995 - Vitor Buaiz
01.01.1999 - José Ignácio Ferreira
01.01.2003 - Paulo Cesar Hartung Gomes
01.01.2011 - José Renato Casagrande

7. REFERÊNCIAS E CONSULTAS

Arquivo Público Estadual. **O Estado do Espírito Santo e a imigração Italiana – Carlo Nagar – 1895. Relato de Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória.** Coleção Canaã Volume 1. Tradução: Nerina Bortoluzzi Herzog. 1995, 79p.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Imigrantes Espírito Santo.** Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/Imigra.aspx> e <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm> Acesso: 23 de janeiro de 2011. (Também em documentos impressos referente ao Registro de Entrada de Imigrante, emitidos em 2010).

Brasil. **Galeria dos Presidentes.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Infger_07/presidentes/gale.htm#. Acesso: 23 de janeiro de 2011.

Catálogo de Plantas e Mapas. **Departamento de Imprensa Oficial.** Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1986, 77p.

Civita, R. **Almanaque Abril 2009.** 35ª edição, Abril, São Paulo, 2009, 730p.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Café: Safra 2011 Primeira Estimativa. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_01_06_08_52_41_boletim_cafe_1a_estimativa_safra_2011..pdf. Acesso: 07 de janeiro de 2011.

Coste, R. **Les Caféiers et les cafés dans le monde.** Editora Larose, Pariz, 1955.

Da Wikipedia, l'enciclopedia libera. **Storia del Trentino**. Disponível em: http://it.wikipedia.org/wiki/Storia_del_Trentino. Acesso: 04 de outubro de 2010.

Espírito Santo. **Galeria dos Governadores do Espírito Santo**. Disponível em: http://www.es.gov.br/site/espírito_santo/galeria_governadores.aspx. Acesso: 23 de janeiro de 2011.

Franceschetto, C. **Imigrantes: Espírito Santo: Histórico – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/historico.html>. Acesso: 18 de setembro de 2010.

Glazar, E. **Brava gente polonesa. Memórias de um imigrante, formação histórica de São Gabriel da Palha e expansão do café conilon no Espírito Santo**. Flor&cultura, Vitória, 2005, 256p.

Google Earth. **Earth**. Programa disponibilizado em: <http://www.softonic.com.br/s/google-earth-2011>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

Google Maps. **Maps**. Disponível em: <http://maps.google.it/maps?hl=it&tab=wl>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

Grosselli, R. M. **Colônias Imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Coleção Canaã - volume 6. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008, 534p.

IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>. Acesso em 02 de abril de 2010.

IBGE. **Primeiros dados do censo 2010**. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=00. Acesso em 09 de março de 2011.

- Malacarne, A. **São Gabriel da Palha: a história da origem**. Gráfica e papelaria Cricaré LTDA, Nova Venécia, 2000, 122p.
- Martins, A. L. **História do Café**. Editora Contexto, São Paulo, 2008, 316p.
- Martins, A. L. **Império do café: a grande lavoura no Brasil 1850 a 1890**. Atual Editora, São Paulo, 1990, 98p.
- Merlo, P. M. S. **Café: ouro do Espírito Santo**. Gráfica e Editora GSA. Vitória, 2008 (aproximadamente 50pg).
- Moreira, A. C. **História do café no Brasil**. Magma Editora Cultural, São Paulo, 2007, 192p.
- Nardoto, E., Lima, H. **História de São Mateus**. 2ª Edição, EDAL - Editora Atlântica, São Mateus, 2001, 463p.
- Oliveira, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª edição, Coleção Canaã - volume 8. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008, 670p.
- Partelli, F. L., Vieira, H. D., Santiago, A. R. Barroso, D. H. **Produção e desenvolvimento radicular de plantas de café 'Conilon' propagadas por sementes e por estacas**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 41, n. 6, p. 949-954, 2006.
- República dos Estados Unidos do Brazil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro. 1890, 126p (pg 37 e 38). Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.
- República dos Estados Unidos do Brazil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Recenseamento do Brazil: Realizado em 1 de setembro de 1920. Relação dos proprietários de estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro. 1920, 126p. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.
- República dos Estados Unidos do Brazil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de**

- 1900.** Rio de Janeiro. 1900, 91p (pg 31 e 32). Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.
- Retz, S. **Memória, vivência e testemunho.** Graficol. Santa Maria do Jetibá. 2005, 284p.
- Rocha, L. **Viagem de Don Pedro II ao Espírito Santo.** 3º edição, Coleção Canaã - volume 7. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008, 288p.
- Roos, T., Eshuis, M. Os capixabas holandeses: uma história holandesa no Brasil. Tradução: Berger, R. S. Coleção Canaã - volume 9. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008, 160p.
- Saletto, N. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo.** Coleção Canaã - volume 4. Arquivo Público Estadual, Vitória, 1998, 102p.
- von Tschudi, J. J. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização Suíça 1860.** Tradução: Saletto, N, Paschoal, E. J. Coleção Canaã - volume 5. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2004, 173p.
- Zunti, M. L. G. **Panorama Histórico de Linhares.** Linhares, 1982, 196p.
- Wikipedia. **História do Brasil.** Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Brasil. Acesso em 23 de janeiro de 2011.
- Diversas entrevista com moradores e membros da família.
- Registros de nascimentos, casamentos, óbitos e escrituras de propriedades.
- Nota: Alguns relatos encontram-se diferentes dos registrados, por acreditar que falhas em datas de horário de nascimento e nomes podem sair errados em documentos.

8.FOTOS:



8.1. Francisco Partelli



8.2. Izabel De Zan Partelli



8.3. Agostinho Partelli (segundo sentado), com irmãos e mãe



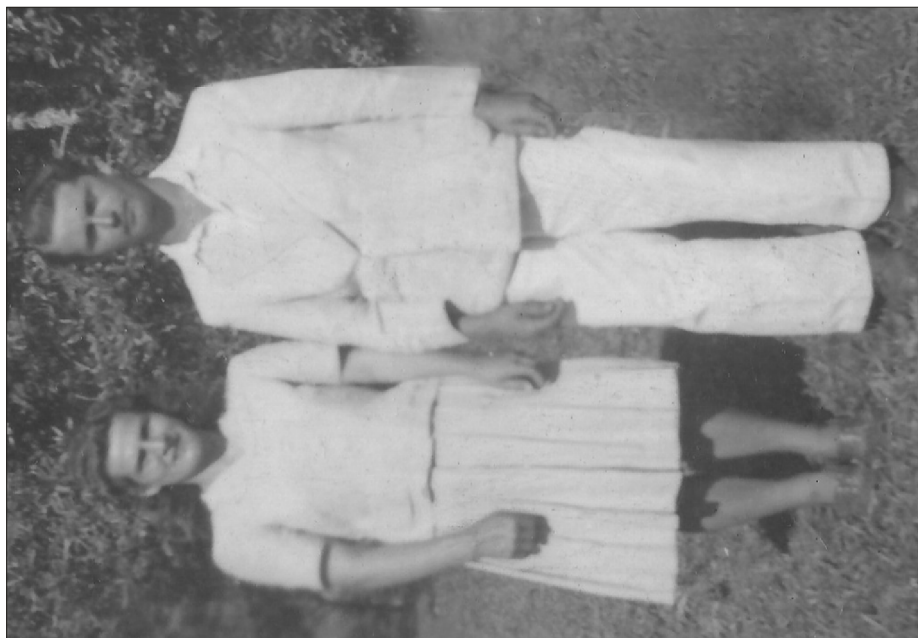
8.4. Izabel, Estanilau e netos



8.5. Clementina Zava



8.6. Angelina com aproximadamente 16 anos



8.7. Angelina e Agostinho antes de casar

[illegible]

8.8. Certidão de casamento do casal (Angelina e Agostinho)



8.9. Angelina, Agostinho e o primeiro filho



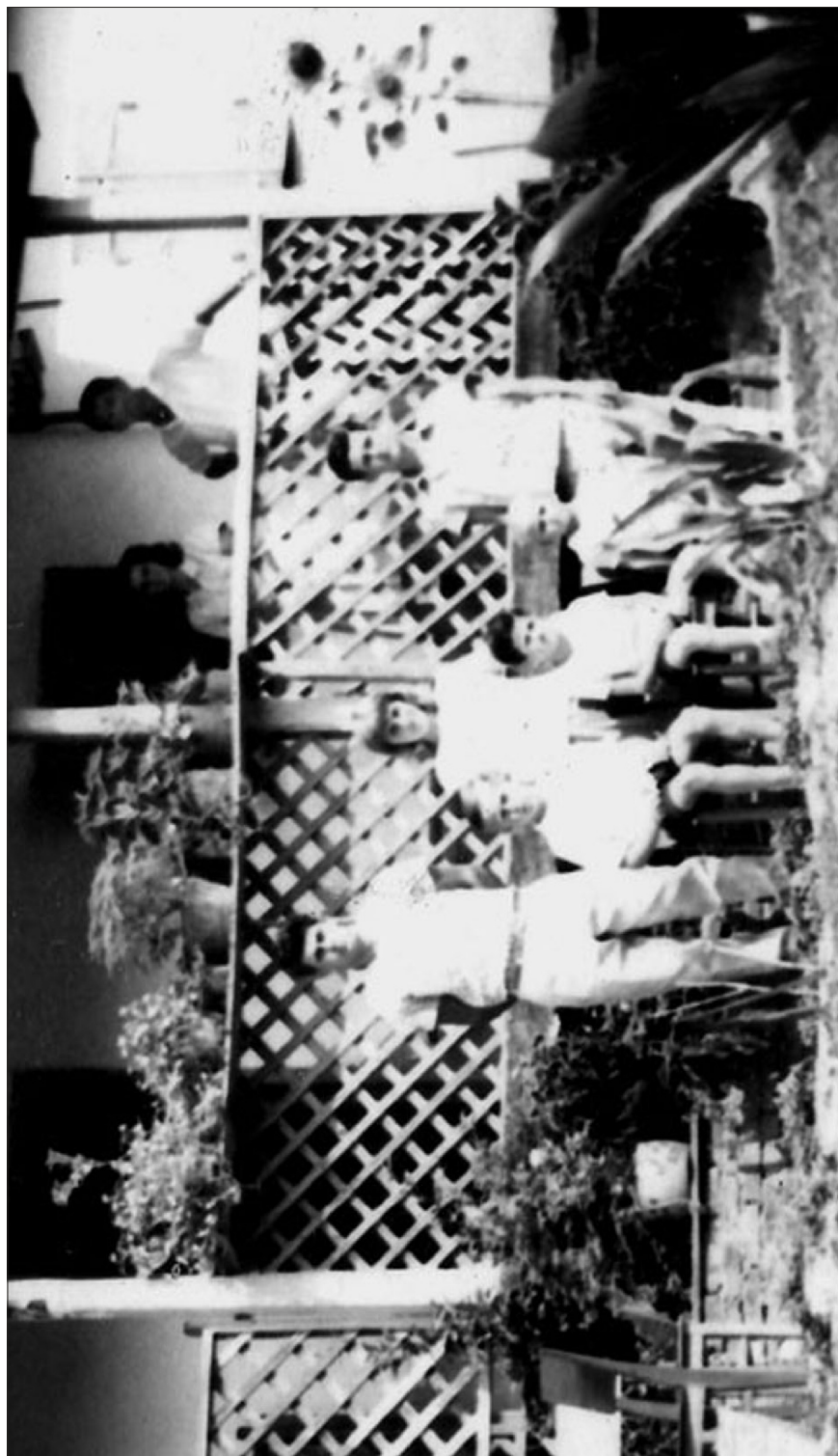
8.10. Angelina e Agostinho depois de alguns anos de casados



8.11. Casa antiga com toda família (na varando o casal), os filhos José, Luiz, Izabel, João, Ozílio e Hermes (esquerda para direita)



8.12. Casa antiga, depois de alguns anos



8.13. Casal (na varanda), os filhos José, Luiz, Izabel, João, Ozílio e Hermes (esquerda para direita)



8.14. Casal (à direita), com os filhos,
Hermes, Izabel, João, Ozilio (esquerda para direita)



8.15. Casal (sentados),
José, Marize, Luiz, Izabel, João, Rosa e Hermes (esquerda para direita)



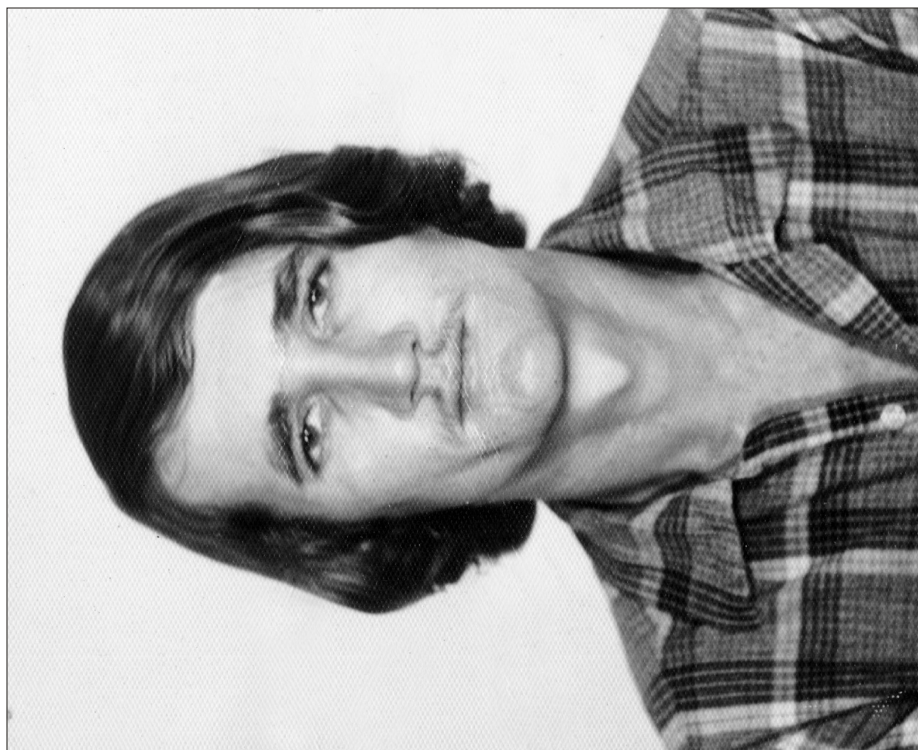
8.16. Bordas de ouro: missa de 50 anos de casamento de Angelina e Agostinho.



8.17. Aniversário de Agostinho: Luiz, Hermes, José (em pé, da esquerda para direita Ozílio, João, Agostinho, Angelina e Izabel (sentados, da esquerda para direita).



8.18. José Francisco Partelli



8.19. Hermes Joaquim Partelli



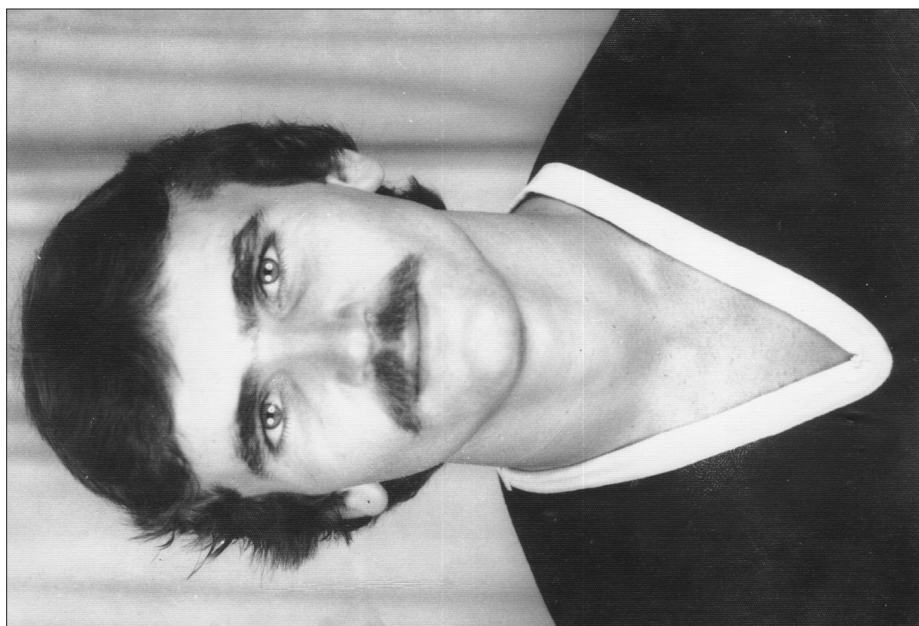
8.20. Izabel Maria Partelli



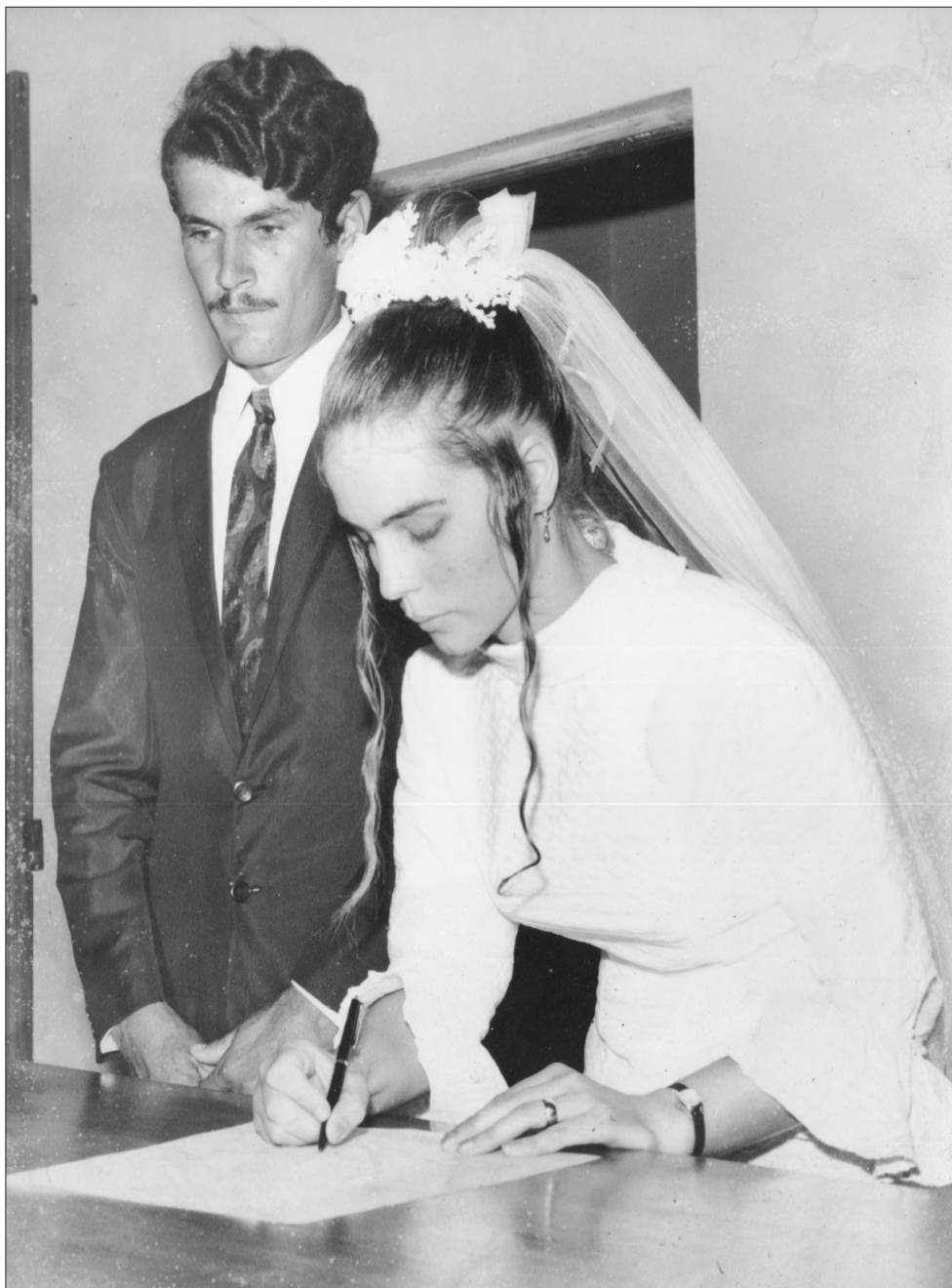
8.21. Luiz Carlos Partelli



8.22. João Bosco Partelli



8.23. Ozílio Partelli



8.24. José e esposa



8.25. Filhos de José e Marize: Juliender, Joseane (1ª foto)
e Simenalva (2ª foto)



8.26. Hermes e esposa



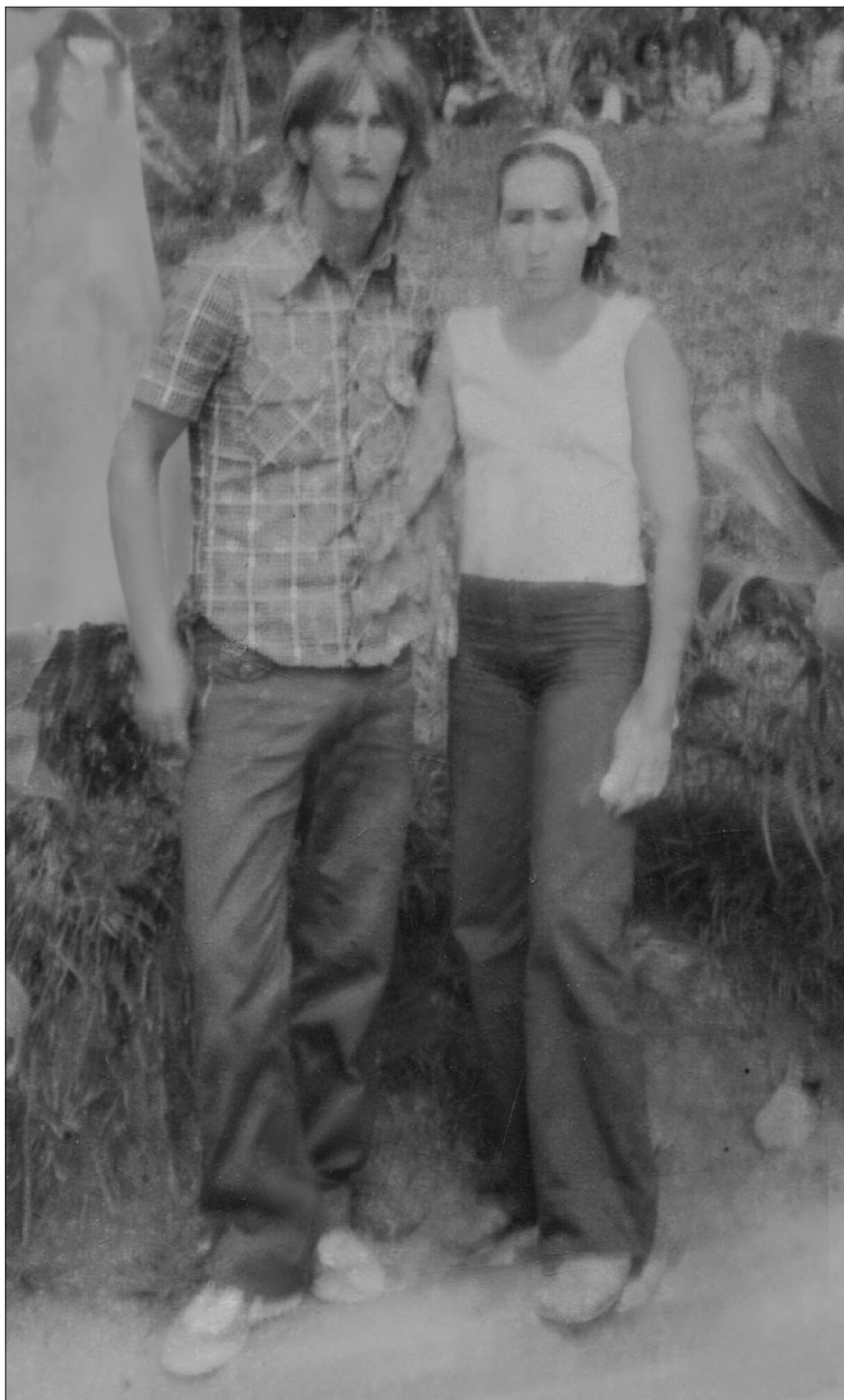
8.27. Filhos de Hermes e Rosa: Fábio, Adriana, Valnei (1ª foto)
e Adriele (2ª foto)



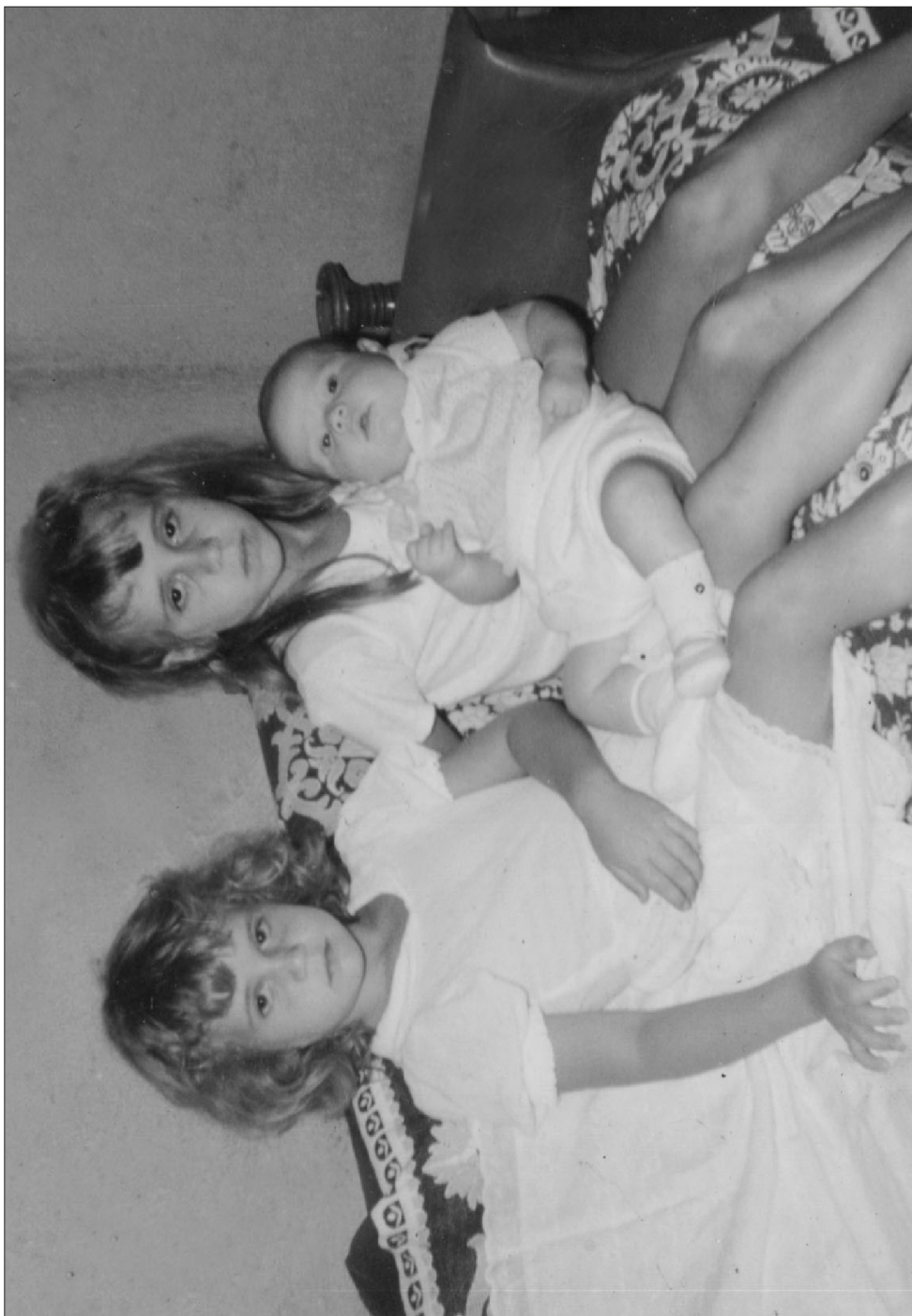
8.28. Izabel e esposo



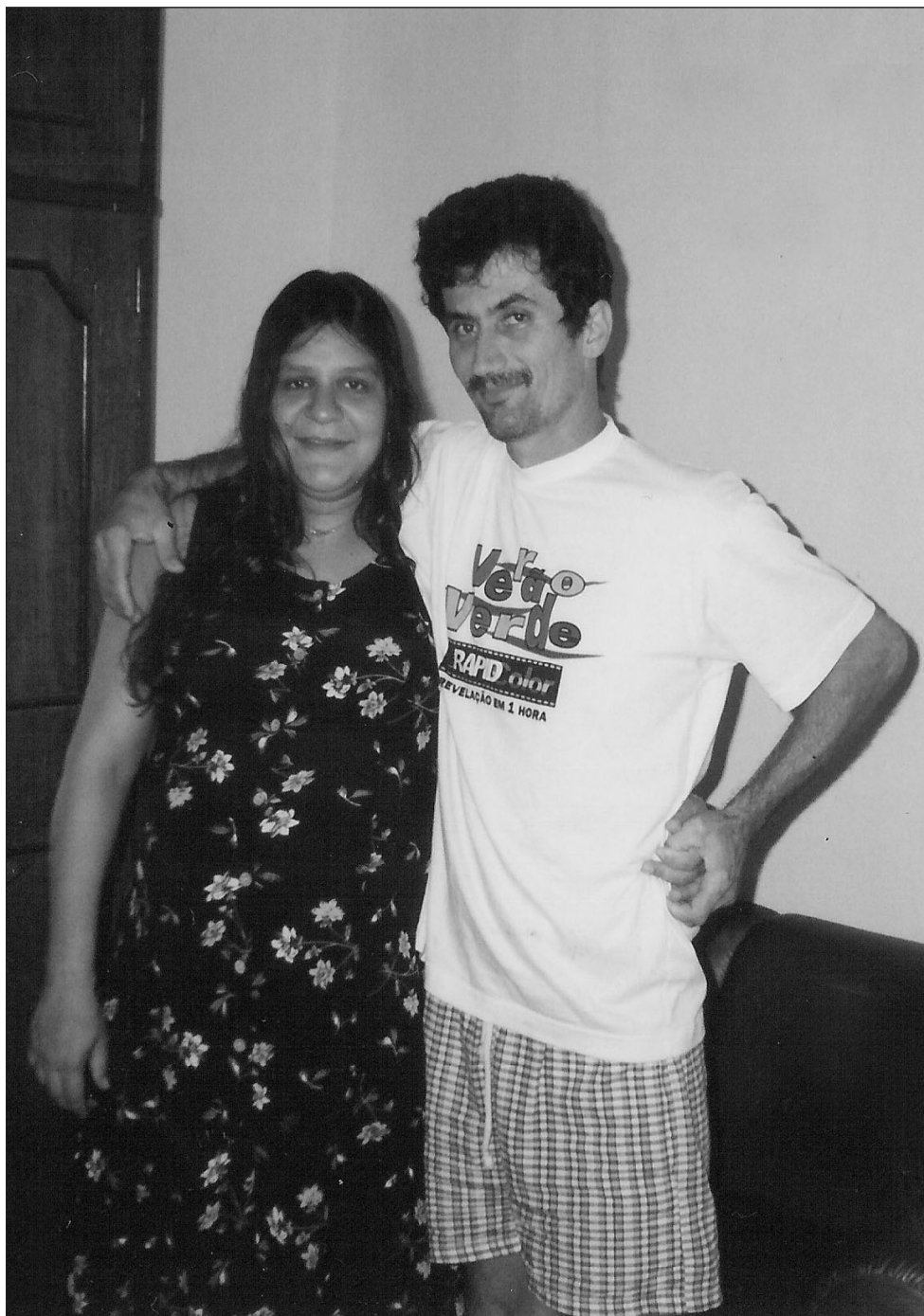
8.29. Filhos de Izabel e José: Simone, Enéas, Márcio (1ª foto)
e Luciano (2ª foto)



8.30. Luiz e esposa



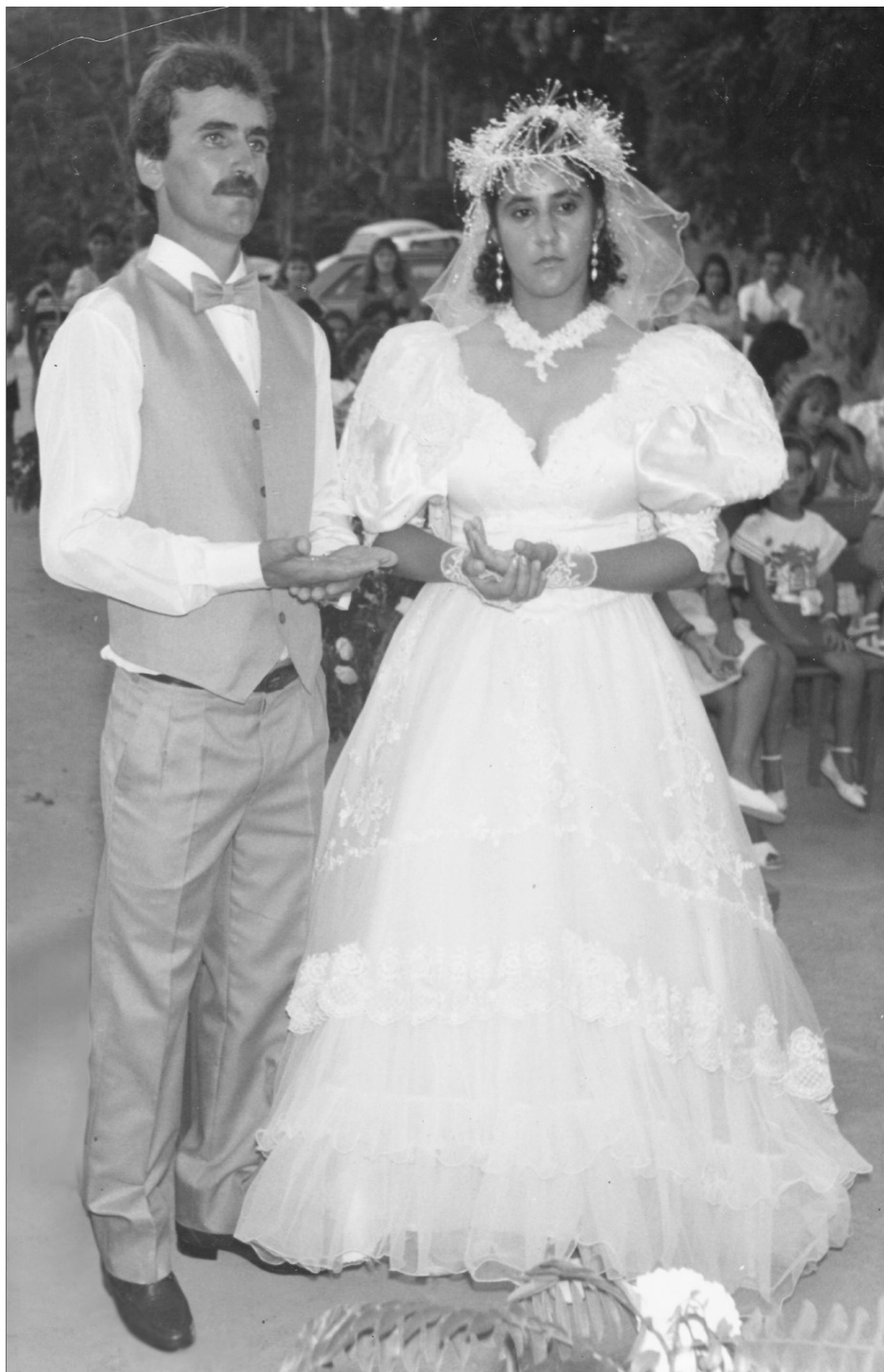
8.31. Filhos de Luiz e Lucinéia: Ângela, Licéia
e Geovane (esquerda para direita)



8.32. João e esposa



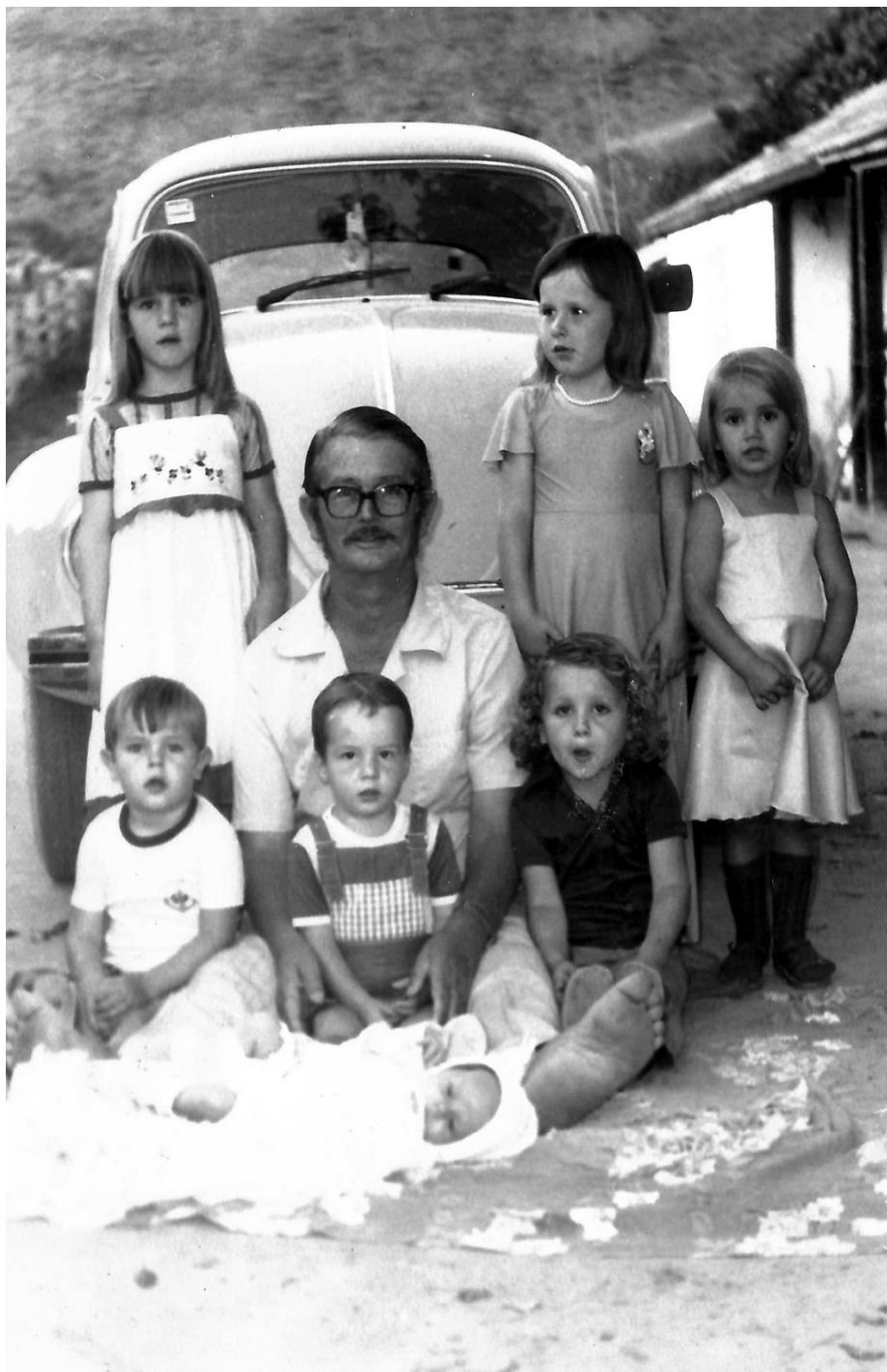
8.33. Filhos de João: Adenilson, Jolúzia (1ª foto)
e Amanda (2ª foto)



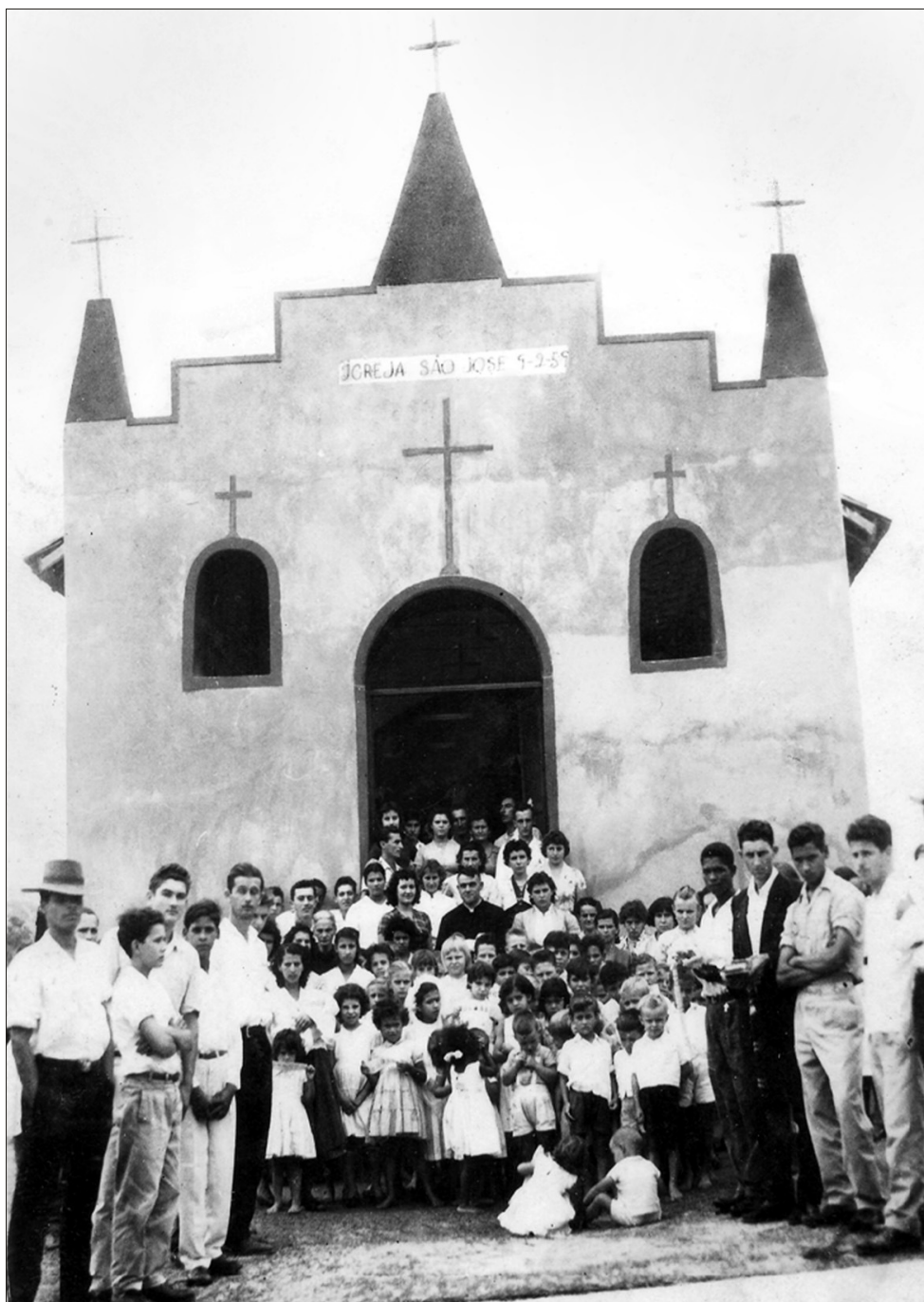
8.34. Ozílio e esposa



8.35. Filhos de Ozílio e Aparecida: Ákila, Júlia, Tácia e Jose (esquerda para direita)



8.36. Agostinho com os netos mais velhos: Joseane, Simone, Adriana, Juliender, Enéas, Valnei (esquerda para direita) e Fábio (deitado)



6.37. Comunidade do Paraíso Novo



8.38. Festa das crianças na comunidade Córrego da Saúde



8.39. Festa das crianças na comunidade Córrego da Saúde



Fábio Luiz Partelli nasceu em Linhares, em julho de 1979. Tataraneto de italianos e filho de pequeno agricultor Hermes Joaquim Partelli e Rosa Maria Trapadini Partelli.

Iniciou seus estudos na Escola Unidocente do Córrego Sete Quedas; de 5ª a 8ª série, na Escola Família Agrícola (EFA) do Bley e, Técnico em Agropecuária na EFA de Boa Esperança. Formou-se em Engenharia

Agrônoma pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 2002. Mestrado e Doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), entre 2003 e 2008, sendo um ano do doutorado realizado no Instituto de Investigação Científica Tropical em Portugal.

Trabalhou como Professor Adjunto na Universidade Federal de Goiás de agosto de 2008 a maio de 2010. Atualmente é Professor Adjunto no Centro Universitário Norte do Espírito Santo, da UFES, atuando em ensino, pesquisa e extensão, principalmente com a cultura do café Conilon. Autor dos livros “Café: microbiologia, nutrição, fisiologia e bioquímica” e “Cultivo da Mandioca no Cerrado Goiano”. Publicou artigos em periódicos nacionais e internacionais e registrou três softwares. Editor de área do Periódico “Pesquisa Agropecuária Tropical” e orientador de mestrado. E-mail: partelli@yahoo.com.br.

ISBN 978-85-911905-0-8



9 788591 190508